



Volume 35

Ano XXII - 2024 (1)

Revista de



DIREITO
e
POLÍTICA

Volume 35

Ano XXII - 2024 (1)

Revista de

**DIREITO
e
POLÍTICA**

REVISTA DE DIREITO E POLÍTICA

**A Revista de Direito e Política é uma publicação
do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.**

A Revista de Direito e Política é, desde 2003, uma publicação da área do Direito, abordando também os subtemas de Estudos Culturais e Estudos Sociais.

As opiniões expressas nos artigos responsabilizam apenas os seus autores.

Expediente

Editor: **Guilherme José Purvin de Figueiredo.**

Redação: IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

Rua Antônio Carlos, 582 – 8º andar – Conjunto 8A

Bairro Consolação

CEP: 01309-010 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3104-2819

Email: secretaria.ibap@gmail.com

Site: www.ibap.org/rdp

Capa/Diagramação

Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha

A Revista de Direito e Política é, desde 2003, uma publicação semestral do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, em formato eletrônico da área do Direito, abordando também os subtemas de Teoria Literária, Estudos Culturais e Estudos Sociais.

Inicialmente era uma publicação quadrimestral e atualmente possui periodicidade semestral. Sua comissão editorial é formada por um corpo de juristas e de professores universitários de notório saber em suas respectivas áreas, brasileiros e estrangeiros.

A Revista de Direito e Política recebe colaborações em fluxo contínuo e veicula também as manifestações editoriais do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, além de textos selecionados publicados originalmente no blog da Revista PUB – Diálogos Interdisciplinares. Para mais informações, acessar a página “Normas para publicação”.

Revista de

**e DIREITO
POLÍTICA**



INSTITUTO BRASILEIRO
DE ADVOCACIA PÚBLICA

Comissão editorial

- **Adriana Iozzi Klein** (Professora de Literatura Italiana – Letras USP);
- **Ana Lúcia Câmara** (Procuradora do Estado/SP Aposentada);
- **Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin** (Ministro do STJ);
- **Belisário dos Santos Junior** (Procurador Autárquico SP);
- **Carlos Frederico Marés de Souza Filho** (Procurador do Estado-PR);
- **Elizabeth Harkot de la Taille** (Professora de Letras USP);
- **Guilherme José Purvin de Figueiredo** (Procurador do Estado/SP e Escritor);
- **Irmgard Elena Lepenies** (Professora da Universidade Nacional del Litoral – Província de Santa Fé – Argentina);
- **Ibraim J. M. Rocha** (Procurador do Estado-PA);
- **José Nuzzi Neto** (Procurador Autárquico – DAEE-SP);
- **Lindamir Monteiro da Silva** (Procuradora do Estado/SP e Geógrafa);
- **Lucíola Maria de Aquino Cabral** (Procuradora do Município de Fortaleza);
- **Márcia Maria Barreta Fernandes Semer** (Procuradora do Estado/SP);
- **Ricardo Antonio Lucas Camargo** (Professor da UFRGS – Procurador do Estado-RS);
- **Rui Guimarães Vianna** (Procurador da CEF e Assistente Editorial);
- **Sheila C. Pitombeira** (Procuradora de Justiça/CE);
- **Umberto Celli Junior** (Professor da Faculdade de Direito da USP).

In memoriam:

- **Dalmo de Abreu Dallari** (Falecido em 8/4/2022, Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP. Associado Honorário do IBAP);
- **Fernando C. Walcacer** (Procurador do Estado/RJ Aposentado. Professor da Faculdade de Direito da PUC-Rio);
- **Inês do Amaral Buschel** (Falecida em 22/2/2020, Promotora de Justiça Aposentada. Associada Honorária do IBAP).



BERTA LUTZ, Pioneira na defesa dos direitos das mulheres no Brasil
(Imagem: Arquivo ONU)



SUMÁRIO

Editorial: 130 anos do nascimento de Berta Lutz..... 9

ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

A Psicanálise e a Arte como armas críticas nas lutas identitárias
anticapitalistas 12

Ana Cristina R. Bonchristiano

O caminho da cutia chega à academia 23

Elizabeth Harkot de La Taille

Reflexões sobre equidade de gênero 27

Fabiana Coelho

Regina Helena Piccolo Cardia

Ódio e Crueldade de Machado(s) no Carnaval 33

Fabíola A Cabocla

Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão 41

Márcia Brandão Carneiro Leão

Tabu..... 53
Márcia Semer

Uma conversa entre arte e crítica social..... 57
M. Madeleine Hutyra de Paula Lima

Pétalas em Prosa..... 63
Patrícia Bianchi

De Jinga de Angola a Conceição Evaristo os desafios ainda
existentes para a mulheres no terceiro milênio 71
Renata Fabiana Santos Silva

Rachel de Queiroz e a Escrita Feminina na Literatura Brasileira ... 80
Sheila Cavalcante Pitombeira

CONTOS E CRÔNICAS

Dois séculos..... 87
Ercilene Vita

Um encontro nas alturas 92
Maria Luiza Grabner

Súbito 96
Marina Yukawa

Carta para o futuro 101
Marise Costa de Souza Duarte

Ainda ontem 105
Sandra Verônica Cureau

NOTAS OFICIAIS

Nota de apoio ao Padre Júlio Lancellotti..... 110

Nota em defesa da liberdade de expressão e imprensa.....111

[VOLTA AO SUMÁRIO]

EDITORIAL

130 ANOS DO NASCIMENTO DE BERTA LUTZ

Berta Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1894. Sua vida foi dedicada à promoção dos direitos das mulheres e da saúde pública. Em 1919, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Representou o Brasil três anos mais tarde, na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos EUA. De volta ao Brasil, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substituiu a Liga de 1919, ocupando o cargo de presidente de 1922 a 1942. Em 1934, concorreu ao cargo de Deputada pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, representando o movimento feminista. Obteve a primeira suplência, assumindo uma cadeira na Câmara em razão da morte do titular, deputado Cândido Pessoa. Propôs a igualdade salarial para as mulheres e os menores de idade, a isenção do serviço militar feminino, a licença de três meses

à gestante sem prejuízo dos vencimentos. Em 1975, integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial das Mulheres, promovida no México pela ONU, na condição de delegada titular do Brasil da Comissão Interamericana de Mulheres. Publicou, dentre outros, os seguintes livros: “A nacionalidade da mulher casada”; “O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social”; e “Estatuto da Mulher”. Berta Lutz faleceu em 16 de setembro de 1976.

Esta edição, comemorativa dos 130 anos do nascimento de Berta Lutz, reúne artigos científicos, contos, crônicas e reflexões políticas das associadas do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Foram elaborados a convite da Revista PUB Diálogos Interdisciplinares ao longo dos meses de fevereiro e março de 2024, com a finalidade de comemorar o dia 8 de março. Reunidos neste volume da Revista de Direito e Política, os importantes estudos das articulistas convidadas poderão agora ser melhor difundidos no âmbito acadêmico e estão divididos em três blocos. No primeiro, estão reunidos sob a rubrica “Estudos Culturais e Literários” as reflexões das autoras sobre Literatura, Política de Gênero e Psicanálise. No segundo, “Contos e Crônicas”, somos brindados com textos de caráter mais ficcional ou memorialístico. A edição é fechada com o registro das duas comunicações oficiais do IBAP no primeiro semestre de 2024.

São Paulo, 14 de novembro de 2024

Guilherme José Purvin de Figueiredo

Editor da Revista de Direito e Política

ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

[VOLTA AO SUMÁRIO]

A PSICANÁLISE E A ARTE COMO ARMAS CRÍTICAS NAS LUTAS IDENTITÁRIAS ANTICAPITALISTAS

Ana Cristina R. Bonchristiano¹

“O critério não será mais esse. Eu estou muito tranquilo de escolher uma pessoa que possa atender os interesses do Brasil. Uma pessoa que tenha respeito pela sociedade brasileira. Que tenha respeito, mas não medo da imprensa. Sem precisar ficar votando pela imprensa. Já tem várias pessoas em mira — afirmou. — Não precisa perguntar questão de gênero ou de cor. No momento certo vão saber quem eu vou conhecer”. (Luiz Inácio Lula da Silva, 25-9-2023).

“Eu quero me lançar porque eu sou branco, porque eu sou mulher, porque eu sou negro, porque eu sou indígena. Está errado!”
(Luiz Inácio Lula da Silva, 3/2/2024)

¹ Juíza de Direito Aposentada (TJSP), graduada em Direito e em Letras pela Universidade de São Paulo, mestra em Literatura Portuguesa pela FFLCH-USP, integrando o Grupo de Estudos de Literatura de Autoria Feminina – GELAF, da mesma faculdade. É aluna de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Associada do IBAP.

Recentemente, algumas vozes públicas manifestaram-se contra o “identitarismo”, numa incômoda aproximação ideológica com os mais candentes discursos conservadores da direita e da nova extrema-direita.

Há pelo menos meio século, as crises vêm crescendo e são muitas: da identidade, do neoliberalismo, da subjetividade, do neocolonialismo e, não menos importante, a climática. Todas elas geram sofrimento. As imagens veiculadas na televisão e na internet de vários conflitos dão o testemunho da nossa impotência e reduzem nossos horizontes. Parece que o sofrimento humano por si só não consegue gerar mudanças e, por isso, é urgente a necessidade de entendimento da origem e das causas dessas crises para que a luta por mudanças possa ressurgir.

A crise de subjetividade, a fragmentação do ser, enfim, a crise das relações humanas e a convulsão social são temas amplamente discutidos desde o século XVIII. No século XX e agora no XXI, o problema identitário surgiu como um problema político urgente, ainda que contestado por todos os lados, até por parte da esquerda, sob a alegação de que essa discussão seria desviante da luta de classes e do problema econômico. Essa esquerda “tradicional” parece estar desconectada do cotidiano de sofrimento, humilhação e privação dos negros, indígenas, mulheres e da comunidade LGBTQIA+, isto é, da realidade social e, então, a luta revolucionária fica abstrata, teórica, calcada numa identidade conservadora e “universal” (do homem branco, heterossexual e ocidental), sem ligação com a emancipação humana e a transformação concreta da sociedade.

Não há dúvida de que as identidades são construções sociais, mas o direito de seu reconhecimento é relevante. As lutas por políticas de identidade são sintomas da crise que reorganizou os mecanismos de reprodução social do capitalismo, pois a ideologia neoliberal cultua o hiper individualismo e a competição, causando a destruição da solidariedade. Ao abolir as políticas públicas de proteção social,

abre amplo espaço para o extermínio e o encarceramento como métodos de controle e eliminação da pobreza. No sentido revolucionário, a afirmação das políticas identitárias serve para um dia superá-las e alcançar a emancipação geral e irrestrita, como explica o atual Ministro dos Direitos Humanos do Brasil, Silvio Luiz de Almeida no Prefácio da edição brasileira do livro de Asad Haider (2019, 7-19).

A junção entre neoliberalismo e fascismo se serve do discurso de liberdade como fortalecimento do individualismo, o que prejudica a formação de um corpo social lutando por sua emancipação. A crise de identidade e os impulsos emocionais das pessoas precarizadas ajudam a compreender as formas do autoritarismo social, tal como apareceu nos estudos sobre a personalidade autoritária, a partir de Sigmund Freud, Wilhelm Reich, Theodor Adorno, Erich Fromm e outros integrantes da Escola de Frankfurt.

A psicanálise, desenvolvida inicialmente por Sigmund Freud, no final do século XIX e na primeira metade do XX, em Viena, pode nos ajudar a explicar os fenômenos de crises. Mas a psicanálise precisa ser crítica para, com os movimentos de libertação, ajudar na luta contra as alienações de classe, raça, gênero e epistemológica. O livro manifesto “Psicanálise e Revolução”, de Ian Parker e David Pavón-Cuéllar mostra como

“a relação entre o mundo pessoal, interior, e o social, exterior, é decisiva para os movimentos de liberação. Por esses movimentos podem se beneficiar da psicanálise, ela que dedicou mais de um século a explorar a íntima e complexa relação entre a realidade e o que sentimos no mais profundo e insondável de nós” (2005, 28).

Acredito que a psicanálise possa ser, como a arte em geral, um instrumento de prática crítica para a construção de uma “alternativa ao capitalismo, ao sexismo, ao racismo e às novas formas de colonialismo” (2005, 15).

PSICANÁLISE, ARTE E REVOLUÇÃO

Freud, quando fez a análise onírica da obra de Wilhem Jensen (Gradiva), afirmou que “a natureza da realização artística é psicanaliticamente inacessível a nós”. Porém, ele justificou sua ousadia no trabalho com a literatura, afirmando que “os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em conta, pois costumam conhecer uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com as quais a nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar” (FREUD, 1996, p. 20).

Além da analogia acima, é possível fazer outra, entre as narrativas ficcionais e as fantasias e os devaneios individuais, contados no divã do psicanalista. Os mitos, as lendas e os contos de fada são um tesouro das narrativas populares, vestígios distorcidos de fantasias plenas de desejos de nações inteiras. São como “sonhos seculares” da humanidade jovem (FREUD, 1996, p. 142). Contra a ciência positivista, Freud (1996) buscou aliar as crenças e as histórias populares ao velho acervo mitológico do significado do sonho e, também, conseguiu conciliar a interpretação dos sonhos ao mundo literário de Goethe, Schiller, Sófocles, Shakespeare e outros escritores menos prestigiados, como Wilhelm Jensen. Assim, não parece despropositado acrescentar neste passo que a literatura, a par de sua qualidade estética, oferece a possibilidade de levar ao universo de leitores uma compreensão de suas próprias experiências individuais e das lutas coletivas.

A arte poética supera nosso sentimento de repulsa, ligado às repressões, suavizando o caráter egoísta do devaneio, por meio de disfarces, e nos suborna com o prazer formal, estético, que nos oferece na apresentação de fantasias. Segundo Freud, a verdadeira satisfação que usufruímos de uma obra literária procede de uma libertação de tensões em nossas mentes. O escritor permite deleitarmo-nos com

nossos próprios devaneios, sem autoacusações ou vergonha (FREUD, 1996).

Na narrativa ficcional pode-se detectar, em paralelo, que a realidade social é a criadora da subjetividade, pois, segundo a psicanálise, o sujeito está inserido no mundo pelas práticas discursivas do universo ao qual pertence (FREUD, 2011b). Freud, ao introduzir o conceito de “lembranças encobridoras” (FREUD, [1899] 1950), tema do qual se ocupava na virada do século XIX para o XX, desde que se envolveu com sua autoanálise (no verão de 1897), relatou os problemas do funcionamento da memória e suas distorções, a importância das fantasias, a amnésia que cobre os primeiros anos de vida e a sexualidade infantil. A criança aprende inconscientemente as lições “civilizadoras” pela linguagem e pelos símbolos na família e no grupo social, no qual está inserida. O inconsciente é inacessível porque está reprimido, mas é possível vislumbrá-lo, ainda que parcialmente, pela livre associação das palavras, pelos atos falhos da linguagem, pelos chistes ou pela interpretação dos sonhos.

O medo imposto às pessoas dos grupos vulneráveis é o afeto mais utilizado pelo autoritarismo neoliberal. É por ele que se efetua a repressão e se impede a transformação. O medo está associado à insegurança e pode levar a um recalque ligado à perda de autonomia e de liberdade. O medo é o afeto que faz as pessoas respeitarem as leis e, por isso, é o afeto político principal, indissociável da “compreensão” do indivíduo, no processo de seu reconhecimento. Freud, contudo, foi mais além e reconheceu não exatamente o medo, mas o desamparo como afeto político central e capaz de trazer sua ambivalência no sentido de que a partir da recusa do desamparo surge a possibilidade da emancipação (SAFATLE, 2015, p. 18-21).

[...] a lição política de Freud consiste em dizer que há uma espécie de aprisionamento do desamparo na lógica neurótica das narrativas de reparações, esperadas por aqueles contra os quais me bato, narrativas de demanda de cuidado, ou, se

quisermos uma palavra que tende a submeter o campo do político, de care. Retirar o desamparo dessa prisão é a primeira condição para nossa emancipação (SAFATLE, 2015, p. 21/22).

Em seu estudo sobre a psicologia das massas, Freud (2011b) aponta a identificação das pessoas que não tomam decisão sobre o seu próprio desejo, transferindo para o líder a tomada de decisões. O sujeito renuncia ao pensamento e às transformações. Não pensa por si próprio nem se emancipa. Transfere a responsabilidade para o “líder”. Há uma covardia em relação ao desejo, àquilo que se quer. Em uma palavra, renuncia à sua cidadania, à sua condição de sujeito pensante. Ou, de acordo com o pensamento de Arendt (1991), renuncia à “ação”, entendida em contraste com o a atividade do labor.

No estudo sobre as mulheres histéricas, Freud descobriu o sintoma do sofrimento, associando à história da histérica, do seu passado, com sua memória reprimida que era, inicialmente, acessada pela hipnose. Posteriormente, Freud abandonou a hipnose e chegou à psicanálise no trabalho com a livre associação de palavras, no divã². Pelo trabalho da linguagem, pela livre associação das palavras, pelos atos falhos e interpretação dos sonhos, o analista (psicanalista, no caso individual), ou o leitor e o crítico, em análise, vai escavar³ e desvelar o sentido, como no trabalho arqueológico, que vai retirando as camadas até encontrar seu alvo.

Ressaltamos que Freud, aparentemente, dedicava-se ao estudo do conteúdo das obras literárias e não à sua forma na busca da lembrança recalçada⁴ (ainda que a forma seja o conteúdo decanta-

² A partir dos estudos da histeria surgiu a psicanálise, mas hoje o termo empregado no lugar de histeria é mais próximo de algo como neurose de conversão ou de transferência (“psiconeurose”).

³ Em seus estudos sobre histeria, Freud usa a expressão: “técnica de escavação de uma cidade soterrada”.

⁴ Exemplo é O Infamiliar (Das Unheimliche), do Homem de Areia, de E.T.A. Hoffmann.

do), pois, na verdade, ele observava o que o escritor oferecia em sua obra de fantasia livre para reconhecer a lógica do fantasma (ou da fantasia)⁵ e a angústia nele travestida. A razão dessa busca é a de que o artista (no caso, o romancista) tem a facilidade de circular entre os dois lados da fronteira entre realidade e ficção, reivindicando o fantasma como produto de sua fantasia e refutando, por meio do princípio de realidade, o devaneio de sua personagem.

É difícil imaginar qual será o futuro do capitalismo, no qual há constantes e cada vez maiores e mais frequentes colapsos financeiros, desde 1929, mas em especial a partir da década de 1980. Além da questão econômico-financeira na política internacional, existe também a questão tecnológica, domínio no qual há uma grande guerra entre o mundo ocidental, representado pelos Estados Unidos, e o oriental, pela China. No neoliberalismo contemporâneo, tudo é mercantilizado e as pessoas permanecem alienadas das condições da vida cotidiana, em razão da perda de sentido causada pelo aumento da propaganda burguesa. As pessoas não têm trabalhos estáveis, posições seguras, vizinhos que se conhecem e se encontram nas ruas. Sua alienação as impede de perceberem as armadilhas do sistema neoliberal e elas acabam por aderir a essa razão de mundo que as mantém mais alienadas ainda, num círculo vicioso. As pessoas comuns passam a ser competitivas, passivas e agressivas, movendo-se para o caminho da extrema direita.

No início do 18º Brumário (1852), Marx cita a afirmação de Hegel, na Filosofia da História (1837), de que todos os grandes fatos ou os grandes homens repetem-se ao menos duas vezes na História. Marx (2015, p. 25) acrescenta que, na primeira vez, como tragédia, e na segunda, como farsa. Ele argumenta que os homens fazem a sua própria história, mas não de livre e espontânea vontade, porque não

⁵ Freud trabalhou junto com Breuer as manifestações fantasísticas das histéricas e depois continuou trabalhando as fantasias na interpretação dos sonhos (ROUDINESCO, 2022, p. 223/226).

são eles que escolhem as circunstâncias, mas estas lhes são transmitidas assim como se encontram.

A tradição de todas as gerações passadas é um peso que comprime o cérebro dos vivos. E, justamente quando parecem estar empenhadas em transformar a si e as coisas, exatamente nas épocas de crise, elas conjuram a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras, os seus figurinos, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história.

A repetição é realizada com o retorno de algo, o qual Freud (2011b) descreveu como “o retorno do recaiado”. É o recaiado (reprimido), individual e socialmente, que se repete. A repetição histórica alimenta-se e se repete, ainda que com outras roupagens, de algo que ficou esquecido, mas soterrado na psique coletiva. Marx e Freud mostram que os sintomas psíquicos repetem e reproduzem os ideários recaiados, os quais são vividos inconscientemente em meio a uma profunda ambivalência. Esta ambivalência nasce de experiências e de tendências que vivem no profundo da nossa história, da nossa ontogênese — do nosso desenvolvimento, desde a concepção até a maturidade — como sujeitos.

Percebemos, assim, que o nível de repressão na sociedade contemporânea é muito grande e atende ao modelo neoliberal, com o fim de reprimir a sexualidade e aumentar o tempo dedicado ao trabalho. Como apontou Marcuse (1968), as repressões em excesso só servem para manter a família patriarcal monogâmica, sob controle público da existência privada do indivíduo, em uma divisão hierárquica do trabalho e sob amplo controle da sexualidade.

Na conjuntura do capitalismo, que se estruturou como uma sociedade de pensamento neoliberal, surge a personalidade autoritária fascista que é dispersa, fragmentária e tende à formação de células ideológicas que não possuem comunicação entre si. Nessa sociedade, os processos são desenvolvidos a partir de insatisfações e

de ressentimentos inicialmente difusos, enquanto a luta de classes é encoberta para se depositar no sujeito individual a responsabilidade por sua vida, seu destino, sua felicidade ou seu fracasso. Esse processo recebe o verniz da digitalização da vida, animada pelas redes sociais a partir dos anos 2000, fomentando o desamparo, a solidão e a incomunicabilidade difusas, transformando o ressentimento/re-calque em algoritmos operando nas redes sociais, dos aplicativos dos smartphones. As pesquisas e as reflexões científicas e acadêmicas são substituídas pelas regras de mercado e pela opinião pública, levando a cultura ao caos e à fragmentação.

A formação psíquica das pessoas flutua no mundo neoliberal em perspectiva autoritária e patriarcal, cerzindo uma teia entre o ressentimento inconsciente e a vontade de superar o outro. As doenças físicas e psíquicas das pessoas foram identificadas com os avanços tecnológicos positivos na questão individual da medicina, enquanto a sociedade adoece sem a cura para as doenças sociais, tal como constatado por alguns pensantes das Artes e das Ciências Humanas, visto ainda não foi encontrado o antídoto contra essa razão perversa do mundo neoliberal. Quando se trata de socialismo solidário, isto é, uma sociedade baseada na igualdade e na solidariedade, muitos já pensam na perda da internet, do celular e de outras conquistas tecnológicas, na invasão e tomada de seus bens privados, e acabam aceitando a repressão imposta pelo capitalismo tardio/neoliberalismo.

O lema “Deus, Pátria e Família”, dos regimes fascistas, concretizadas em vários países no século XX, teve o acréscimo nazista do “Trabalho” na sociedade neoliberal onde vigora o capitalismo tardio e a regra do 24/7, trabalho online vinte e quatro horas diárias por sete dias semanais (CRARY, 2016). A tecnologia é usada o tempo todo, para toda e qualquer comunicação entre as pessoas. Na sociedade contemporânea, a personalidade autoritária acaba sendo a explicitação do processo de individuação fragmentado e oprimido

e o neofascismo é a realização dessa estrutura psicológica, em que impera a crise de identidade.

Para que as pessoas possam se emancipar e se libertar é necessária uma transformação macroestrutural, socioeconômica e, também, uma decomposição microestrutural, em que cada um possa gerir seu corpo, sua sexualidade e as relações de reprodução no interior da família, longe dos valores patriarcais, colonialistas e racistas. Só assim poderá haver uma transformação satisfatória. O trabalho com a palavra na psicanálise e nas artes em geral, desde que críticas, recriando narrativas alternativas, tal como refletido acima, pode induzir a essa transformação tão urgente e necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper and Brothers, 1950.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

CRARY, Jonathan. *24/7, Capitalismo Tardio e o fim do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas. O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-25)*, v. 16, Companhia das Letras, SP, 2011a.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas, Psicologia das Massas e análise do eu e outros textos (1920-23)*, vol. 15, Companhia das Letras, SP, 2011b.

FREUD, Sigmund. *Lembranças Encobridoras*, 1899, a partir de uma revista publicada em 1950. Disponível em: Edisciplinas.usp.br/

puginfile.php/4628188/mod_resource/content/1/Lembranças_Encobridoras.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneio. In: FREUD, Sigmund. Gradiva de Jensen e outros trabalhos (1906-1908). Obras completas, volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. p. 135-143.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Imago, [1920] 1996.

FROMM, Erich. A revolução da esperança, por uma tecnologia humanizada. São Paulo: Círculo do Livro; Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

HAIDER, Asad, Armadilha da Identidade, São Paulo: Veneta, 2019.

MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2015.

PARKER, Ian, PAVÓN-CUÉLLAR, David, Psicanálise e Revolução, São Paulo: Autêntica, 2005.

REICH, Wilhelm. The Mass Psychology of Fascism. New York: Orgone Institute Press, 1946.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SAFATLE, Vladimir. O Circuito dos Afetos. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

O CAMINHO DA CUTIA CHEGA À ACADEMIA

Elizabeth Harkot de La Taille¹

O primeiro dia do mês de março de 2024 veio acrescentar um significado invulgar ao “mês da mulher”, “mês da luta das mulheres” e, na Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, “mês da História da Mulher”. Amalgamando homenagem, respeito pelas lutas enfrentadas e a se enfrentar, e reconhecimento das especificidades da História das mulheres, a Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, encerrando o período liderado pela escritora e educadora Conceição Evaristo (Cátedra prorroga titularidade de Conceição Evaristo até o final do ano)², empossou no programa da titularidade Arissana Pataxó, Francly Baniwa e Sandra Benites, tríade de jovens mulheres, lideranças indígenas,

¹ Associada regular do IBAP, é Professora Titular em Estudos Linguísticos em Inglês da FFLCH-USP e Pesquisadora do IEA.

² <http://www.iea.usp.br/noticias/catedra-prorroga-titularidade-de-conceicao-evaristo-ate-o-final-do-ano>

responsável pelo projeto: Caminhos da Cutia: Territórios e Saberes das Mulheres Indígenas³.

Arissana, pertencente à etnia Pataxó e originária de Porto Seguro (BA), é artista visual, educadora indígena e pesquisadora. Possui mestrado em estudos étnicos e africanos e cursa o doutorado em artes visuais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua produção artística relaciona-se à convivência familiar em povos indígenas e faz uso de diferentes técnicas e suportes.

Desde sua exposição inaugural em 2007 no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, Arissana participou de exposições no Brasil, Portugal, Noruega, Reino Unido e EUA. Desde 2002, ela atua na educação escolar indígena, formando professores e produzindo materiais didáticos, além de conduzir atividades de arte-educação.

Francy, originária da comunidade Wanaliana na Terra Indígena Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira (AM), é antropóloga, escritora, fotógrafa e cineasta, engajada no movimento indígena do rio Negro. Doutoranda em antropologia social na UFRJ, sua pesquisa integra saberes ancestrais com teorias acadêmicas, focando em etnologia indígena, mitologia e conhecimentos tradicionais.

Francy dirigiu o documentário “Kupixá Asui Peé Itá — A Roça e seus Caminhos” (2020) e coescreveu “Umbigo do Mundo” (2023) com seu pai, ilustrado por seu irmão. Coordena o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro e o projeto “Vida e Arte das Mulheres Baniwa”. Atualmente, lidera o projeto ecológico Amaronai Itá – Kunhaitá Kitiwara, produzindo absorventes de pano para dignidade menstrual e empoderamento das mulheres do Alto Rio Negro.

Nascida na Terra Indígena Porto Lindo em Japorã (MS), Sandra é antropóloga, curadora de arte, educadora e ativista do povo

³ <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-olavo-setubal-de-arte-cultura-e-ciencia/caminhos-da-cutia-territorios-e-saberes-das-mulheres-indigenas>

guarani nhandeva, atualmente diretora de Artes Visuais da Funarte. Possui mestrado em Antropologia Social pela UFRJ, com foco nas narrativas das mulheres Guarani Nhandewa.

Com vasta experiência em educação e curadoria – professora na comunidade guarani de Aracruz (ES), coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação de Maricá (RJ), curadora adjunta no MASP (SP), curadora do Museu de Culturas Indígenas de São Paulo, entre outros -, destaca-se por sua abordagem centrada no protagonismo feminino indígena e na defesa dos direitos e identidade das comunidades guaranis. Lecionou em universidades norte-americanas – Indiana, Tufts e Harvard – e co-curou a exposição “Ka’a Body: Cosmivision of the Rainforest” em Londres e Paris, explorando a contribuição das mulheres indígenas à arte contemporânea e à compreensão global das florestas.

Essas três potentes e formidáveis jovens mulheres desenvolverão o projeto “Caminho da cutia: territórios e saberes das mulheres indígenas”, cujo título tece uma analogia conectando os conhecimentos das mulheres indígenas aos trajetos de uma cutia. Assim como as trilhas deixadas pelo mamífero na mata, os saberes femininos se ramificam, deixam marcas, e embora possam ser sinuosos, revelam uma determinação firme em alcançar o destino.

O programa delineado pela trinca enfoca os saberes e práticas das mulheres indígenas em diversas áreas, desde o trabalho das parceiras até a política e as artes. Propõe-se a promover um diálogo frutífero entre a Universidade e os povos indígenas, compartilhando conhecimentos e cosmovisões. A atuação da mulher indígena é considerada multidimensional, envolvendo diferentes papéis e espaços, tanto na sociedade nacional quanto em seus territórios tradicionais.

Suas frentes de atuação, apresentadas em <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-olavo-setubal-de-arte-cultura-e-ciencia/caminhos-da-cutia-territorios-e-saberes-das-mulheres-indigenas/caminho-da-cutia>, incluem: a) pesquisa – o

conhecimento a partir da perspectiva das mulheres indígenas -; b) mulheres intelectuais, acadêmicas, artistas, lideranças políticas; c) mulheres nos territórios – saberes e fazeres relacionados à saúde da mulher (resguardo, parto, pós-parto etc.), roça, artes etc.; d) encontros, ciclos de palestras e curso com mulheres indígenas; e e) elaboração de um livro e de outros produtos para divulgação dos conteúdos resultantes da titularidade.

A cerimônia de posse, com vários momentos emocionantes, pode ser acessada na íntegra aqui:

Que Arissana, Francly e Sandra sejam muito bem sucedidas no desenvolvimento de seu programa. A Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência, o IEA-USP que a sedia, a Universidade de São Paulo e, a partir dela, o país e o mundo têm muito a ganhar com “o caminho da cutia” em conhecimento sobre o manejo inteligente-respeitoso dos recursos naturais, as práticas humanizadas da reprodução humana e os percursos, à imagem da cutia, traçados pelos atos e práticas cotidianos de quem concebe a vida em harmonia com a natureza.

REFLEXÕES SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO

Fabiana Coelho¹
Regina Helena Piccolo Cardia²

*I wish I knew how
It would feel to be free*

Billy Taylor – *I wish I knew how it would feel to be free* (a canção foi considerada um hino do movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos)

Recentemente, um empresário declarou em suas redes sociais que mulheres não deveriam ocupar cargos de liderança em empresas. Houvesse dito isso há quarenta ou cinquenta anos, seria apenas

¹ Advogada, Doutora pela Escola de Comunicação e Artes da USP, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília, Especialista em Direito Processual Civil (UniDomBosco).

² Advogada, DPO com Certificação Profissional pela OBAC/FGV, Mestre em Direito Constitucional (PUC/SP), Especialista em Direito Ambiental (USP), MBA em Gestão Empresarial (FIA), Diretora do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), Ex-Coordenadora de Comissão de Ética (SABESP), Relatora da Turma Deontológica do Tribunal de Ética e Disciplina (OAB/SP), Parecerista da Revista Brasileira de Direitos Humanos, pesquisadora e autora.

mais um e talvez a misoginia da sua fala tivesse passado despercebida. Hoje, tal afirmação é alvo de estranhamento e repulsa.

O empreendedor foi expulso do Conselho de Administração de uma grande empresa de roupas femininas e obrigado a renunciar ao cargo de CEO de um grupo educacional, sendo substituído, ironicamente, por uma mulher³. Isso mostra que a sociedade evoluiu em relação ao repúdio do machismo e misoginia explícitos. Não significa dizer que alcançamos a equidade de direitos entre homens e mulheres.

Para a mulher advogada, podemos observar mudanças marcantes desde que Myrthes Gomes de Campos, a primeira mulher a exercer a profissão, há pouco mais de 120 anos, iniciou sua vida profissional. Somos ligeira maioria nos quadros da OAB, segundo dados do 1º Estudo Demográfico da Advocacia Brasileira⁴.

Essa maioria é impulsionada pelas jovens advogadas, que ocupam os quadros iniciais da carreira. Mas os números revelam que as posições de gestão e comando ainda estão sob a batuta masculina: há apenas cinco seccionais da OAB comandadas por mulheres e o Conselho Federal tem somente duas mulheres nos seus cargos de gestão. Nunca houve uma mulher na presidência nacional da OAB. Somente em 2022, a seccional de São Paulo, que é a maior do país, teve a primeira mulher como presidente. Esses números parecem um eco da afirmação do empresário que se incomoda com mulheres no comando.

Assim como ocorreu com a elaboração da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, em que eventos trágicos culminaram com a denúncia do Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de

³ Sobre o tema, ver: https://veja.abril.com.br/economia/deus-me-livre-de-mulher-ceo-empresario-renuncia-e-mulher-assume-grupo-g4#google_vignette
<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/09/20/tallis-gomes-deus-me-livre-de-mulher-ceo-desculpas.ghtml>

⁴ <https://s.oab.org.br/arquivos/2024/04/68f66ec3-1485-42c9-809d-02b938b88f96.pdf>

Direitos Humanos, também a Lei 13.363/2016 precisou de um fato grave para chamar a atenção do legislador para garantir o direito à proteção especial de mulheres advogadas gestantes e mães.

Em 2013, a advogada Daniela Teixeira solicitou preferência para sustentação oral no CNJ, em razão do estágio avançado de sua gravidez. Seu pedido foi negado pelo então presidente do Conselho, ao argumento de que não havia previsão legal para a preferência. Ao esperar o dia todo pelo julgamento de seu processo, a advogada teve complicações que resultaram em parto prematuro, seguido de uma internação de 61 dias para sua filha recém-nascida. O episódio motivou a advogada a propor o texto que deu origem à Lei 13.363/2016. Hoje, ela é Ministra do Superior Tribunal de Justiça⁵.

No entanto, isso não significou que episódios semelhantes não voltassem a ocorrer. Em julho de 2024, oito anos após a aprovação da lei que garante expressamente a preferência de advogadas gestantes em sustentações orais, uma advogada gestante de oito meses teve seu direito de preferência negado no TRT da 4ª Região.

Alguns episódios evidenciam a assimetria de tratamento. Em agosto de 2022, um advogado levou seu filho de um ano e dez meses a uma sessão da 2ª turma do STJ. Os Ministros não só respeitaram o direito de preferência, como elogiaram a postura do advogado⁶. Menos de uma semana depois, uma advogada é repreendida e teve sua ética questionada em sessão da 2ª Câmara Cível do TJAM, porque seu filho estaria fazendo barulhos que incomodaram um dos

⁵ <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/lei-que-garante-direitos-a-advogadas-que-tiveram-filhos-e-sancionada> e <https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/21112023-Daniela-Teixeira-publica-depoimento-pessoal-antes-da-posse-como-ministra-do-STJ.aspx>

⁶ [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/21/advogado-leva-bebe-a-sessao-do-stj-e-publica-experiencia-nas-redes.htm#:~:text=%22Muitas%20m%C3%A3es%20e%20pais%20precisam,Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20\(STJ\).](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/21/advogado-leva-bebe-a-sessao-do-stj-e-publica-experiencia-nas-redes.htm#:~:text=%22Muitas%20m%C3%A3es%20e%20pais%20precisam,Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20(STJ).)

desembargadores. O desembargador, que discursa sobre o assunto por quase um minuto, sugere que a criança seja colocada em local adequado, ou seja, impõe resistência ao cumprimento de garantia alcançada pela mulher advogada⁷.

Fosse uma peça de teatro, a crítica diria que o contraponto foi demasiadamente eloquente, mas o roteiro da vida real não deixa dúvidas: em pleno século XXI, mulheres advogadas são admoestadas por exercerem direitos que não apenas são garantidos, mas dignos de elogios, a homens. Os exemplos se acumulam, todos eles protagonizados por homens em posições de poder, ao mesmo tempo em que demonstram que a comunidade jurídica e a sociedade em geral não mais aceitam com facilidade esse tipo de violação, e de violência de gênero.

Uma iniciativa louvável para o incremento de mulheres nas mais altas posições da magistratura partiu da então Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, ao aprovar a regra de paridade entre homens e mulheres nas vagas de promoção por merecimento de juízes aos Tribunais de segundo grau. Isso pode ajudar a impulsionar a carreira de magistradas que, segundo o Relatório Justiça em Números de 2024⁸, compõem apenas 39% da magistratura em primeiro grau e 23,9% em segundo grau.

Ao tomar por base o Poder Judiciário paulista, os números são ainda mais estarrecedores, na medida em que a presença de magistradas é de 11,6% em segundo grau e 41,4% em primeiro grau. O percentual de negros na magistratura paulista é de apenas 4,3% em primeiro grau e 1,4% em segundo grau⁹. Dados específicos de raça e gênero, levantados em 2021 pelo CNJ, demonstraram que não havia

⁷ <https://www.migalhas.com.br/quentes/372093/tira-concentracao--magistrado-reprende-advogada-por-filho-em-sessao>.

⁸ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/justica-em-numeros-2024-v-28-05-2024.pdf>.

⁹ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/justica-em-numeros-2024-v-28-05-2024.pdf>.

magistradas negras no TJSP¹⁰. O que nos impele a enxergar que o Sistema de Justiça não reflete a sociedade brasileira¹¹, já que as mulheres negras representam o maior grupo populacional do país¹².

Cabe assinalar que a regra definida pelo CNJ não vale para a composição dos Tribunais Superiores, cujos membros são indicados pelo Presidente da República. O STJ, que em 2023 tinha apenas seis mulheres na composição, tem hoje duas vagas deixadas por mulheres. Caberá ao Presidente decidir se haverá avanços ou retrocessos quanto à igualdade entre homens e mulheres naquela que é conhecida como a Corte da Cidadania. De modo similar, o STF conta com apenas com a Ministra Cármen Lúcia, mostrando que o compromisso com a equidade de gênero (que dirá de raça!) não tem pautado a escolha para composição da Corte Suprema.

Se nem a batalha da misoginia escancarada foi vencida, muito menos daquela que não é evidente, mas que causa impacto desproporcional às mulheres, como ocorre em exigências que desconsideram especificidades e assimetrias de gênero, como o cuidado dos filhos¹³. Por exemplo, embora a falta de vagas em creches seja, *prima facie*, neutra em termos de gênero, afeta de modo desproporcional as mulheres, que acabam por suportar sozinhas o encargo.

Um avanço digno de nota é a edição do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que orienta não apenas magistrados, mas toda a comunidade jurídica, e mostra-se não como uma ferramenta de julgamento favorável a mulheres, mas possibilita

¹⁰ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-150921.pdf>.

¹¹ <https://www.conjur.com.br/2021-dez-21/opinioao-quinto-constitucional-diversidade-igualdade-oab/>.

¹² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2024-05/desigualdade-no-brasil-atinge-principalmente-mulheres-negras>.

¹³ COELHO, Fabiana Moura. *Decisão judicial e perspectiva de gênero: como regras aparentemente neutras influenciam o trabalho, a família e a vida das mulheres*. Salvador: Juspodivm, 2024.

um processo judicial que descortina os estereótipos de gênero, para que se obtenha uma decisão substancialmente mais justa e equânime.

Por fim, cabe lembrar das sábias palavras de Ruth Bader Ginsburg, falecida *Justice* da Suprema Corte norte americana, que dizia que os homens nunca foram questionados por ocuparem todos os lugares das carreiras jurídicas, mas as mulheres o são quando buscam seu espaço. Embora reconheçamos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que a equidade entre homens e mulheres seja alcançada. Buscamos apenas a plena realização de um direito que nos foi assegurado pela Constituição.

ÓDIO E CRUELDADE DE MACHADO(S) NO CARNAVAL

Fabíola A Cabocla¹

No Conto Pai Contra a Mãe uma escravizada foge. Da verdade aterradora, desesperada, ela foge. Com Machado de Assis, nos perguntamos: se a mulher que é odiada pelo seu senhor e pela sociedade escravagista pode ser amada. O que fundamenta nossa reflexão é o seguinte: a mulher fêmea como caça, objeto a (de todos os desejos), desejará até quando apenas fugir? Essa mulher-caçada, geradora de tantas emoções, roubada, sequestrada, estuprada, aterrorizada e torturada: o que ela pode querer, além de fugir, afinal?

Em outro conto do Machado, outra mulata foge. Arrebitada, ela desdenha do protagonista. Cito: “Chamava-se Genoveva, caboclinha de vinte anos, esperta, olho negro e atrevido” (Noites de Almirante, 2012, p. 193). Neste outro conto, há outra espécie de fuga. Ao invés

¹ Fabíola Menezes de Araújo, Professora do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação e mestrado em Filosofia pela UERJ, doutorado em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Atualmente se dedica à construção de um Canal de Filosofia no YouTube intitulado “a Cabocla”. É integrante do grupo de criação literária “Laboratório Alfabético”.

de um desejo mortífero, aparece até um desejo amoroso, além do ressentimento do almirante. Trocado por outro, esse protagonista das Noites..., na contemporaneidade, talvez tivesse matado essa que foge de um casmurro ciúme. Raros são os críticos que acham justa a fuga da cabocla. A maioria ainda a considera, como o almirante, “uma atrevida”. Assim, permanece sendo uma questão: quando a tortura acaba? Quando o natimorto bebê da caboclinha pode aparecer vivo? Apenas no espetáculo machadiano onde uma caboclinha despeitada deseja? A caboclinha sendo, não o vértice nem o porquê da beatitude, mas as tetas túrgidas. Perfeitamente — a Quenga. O último berro de uma sociedade escravagista, machista, e colonialista. E já o colostro jorrando. Os mamilos, não obstante, bem sossegados. Repito o que a negra personagem machadiana quer: o colostro jorrando. Os mamilos bem sossegados, e, não obstante, a grande saúde.

Qual a diferença entre as mulheres dos dois contos onde à machadadas destrói-se o colonialismo? A primeira negra permanece escravizada; já a segunda, alforriada, pôde se dar ao luxo de escolher seus pretendentes. Mas isso significará liberdade? A caboclinha o que deseja? O colostro jorrando. Não obstante, os mamilos bem sossegados. E ela tem o seu desejo atendido? No caso do Conto escrito em 1906, não. E isto porque todos desejam se não a escravizada punida por seu desejo de gravidez.

Mais de cem anos nos separam dos dois contos (Noites...: 1884/ Pai Contra a Mãe: 1906). Entre eles, vinte e dois anos: neles, a obra machadiana dá a ver a sua magnitude. Além da ardente crueldade colonial à brasileira, a despeitada virtude da caboclinha: não ter virtude alguma. Apenas a physis túrgida. Em 1906, mais nítida a nossa realidade: o feminicídio autorizado e incentivado pelo Estado senhorial. O senhor que dá direito apenas à branquitude, tanto colonizadora quanto colonizada, dar à luz, a tem protegida, mas desgraçada, fêmea do patriarca. Ilha domesticada, mas talvez disposta à selvageria.

No segundo Conto, a história se inverte: a caboclinha, a princípio, não deixa de interessar-se pelos homens que, se não abusam dela, é porque não conseguem. Ela não espera nem o almirante! Interessado, não em suas virtudes, mas em seu atrevimento, ou em sua capacidade de evadir-se. E ela? Aparentemente, ela deseja os homens que se interessam por ela, e não o almirante que a deixa esperando. Quanto mais se ausenta, mais a morena cativa o outro?

As mulheres de Machado experimentam esta verdade desgraçada: que os homens não deixam de odiá-las quando permanecem. É preciso morrer, ou se ausentar, para sobreviver. Também para suscitar algum desejo amoroso, essas mulheres precisam ignorá-los, mas também não os destituir de sua aparente, e frequentemente real autoridade. Trata-se de um lógica perversa, onde essa que vive para ser odiada e caçada, mesmo quando deseja, não tem o seu desejo sequer ouvido. Vide *Capitú*. Mas a caboclinha que não foi do almirante teria conseguido ser diferente? Ela teria afinal se dado o direito à majestade?

A estrutura da sociedade brasileira parece permitir que, no Carnaval, tudo se inverta. Parece que tudo ‘de ruim’ de repente possa soar como um bem, ou algo bom, ou seja, que mesmo a escritura da moral soe amoral, e vice-versa. Mas a democracia racial permanece a maior falácia de nossa matéria. Aí, também as caboclas negras teriam o seu momento de glória? Fora isso, tão somente quando mortas, elas permitem aos homens algum entendimento acerca de suas próprias naturezas mortíferas?

Em *Pai contra a Mãe*, a verdade fica nítida não apenas no feto natimorto, mas na necessidade do Senhor cruel de maltratar a negra. Essa verdade sádica parece ter fundamento sexual; e volta a ser evidente a cada vez que os homens precisam se ausentar para enxergar o cuidado necessário a todo Ser. Porque no Brasil a violência não se volta apenas contra as mulheres negras. A violência se volta contra

as brancas, contra a natureza, contra os bebês, contra si, a cidade, e suas desventuras.

Até a selva que já era o ‘barato’ (palavra de Lélia Gonzalez para designar a louca diversão dos brancos com os negros) de José de Alencar, tinha a sua majestade. Essa selva, agora, como está? O pensamento selvagem, termo anti-colonial de Ailton Krenak², não se funda em uma experiência extrínseca à colonização. A nobreza de nossa natureza cabocla (indígena, e negra), é selvagem porque, nas frestas da colonização é onde mais precisamos aprender a ser, e também a não-ser. Não podemos bater de frente: temos de aprender a ser nas frestas para não ser caça nas festas dos brancos.

Nas tarefas das que ficam (onde me incluo), forçosamente costuma nascer um ódio que vira morte. A misoginia, aí, aparece. Desconhecendo os modos de fuga machadianos, todo e qualquer projeto de libertação, que, em nosso caso, seria o do império da rainha-cabocla, soçobra.

Os que odeiam “A Mulher” desejam a nossa morte. Precisamos nos livrar do ódio para deixar de ser alvo. E como faremos isso? Precisamos parar de evocar a angústia nos homens? Para tanto, alguns silenciam os próprios desejos. Silenciar não é uma opção aqui. Nas desumanidades onde soçobrarmos somos todos alvo de cosmo-fobia (termo de Nêgo Bispo³); alvo da destruição planetária. A verdade a muito se volta contra o feitiço colonial: urge nos unir combatendo aqueles que nos maltratam, a nós selvagens da terra.

No Brasil, a babá-preta deixa até de ter nome. Se eroticamente ativa, não presta nem para a madame, nem para ser madame. Caso se case com o rei pelado, espécie de Macunaíma carioca, não prestará para nada nem para ninguém! Nas palavras de Lélia Gonzalez:

² Krenak, A. (2022). Futuro ancestral. Companhia das Letras.

³ Santos, A. B. dos. (2023). A terra dá, a terra quer. Ubu.

“E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo” (4Racismos..., p. 239). No caso do escravizado virar rei, então, se passa um “aparente” milagre...

“a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, (...) falo do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa (sic), França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. (...) A negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá prá frevê (que virou nome de dança nas fervuras do carnaval nordestino), botá prá derretê, deixa sangrá, dá um suó, etc são prova disso. (...) os não-negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo.” (Idem.)⁵

Em bom ‘pretuguês’ (conceito de Lélia): Seja nos bundalelês, seja ‘nas coxas’, como na Antiga Grécia, o imperativo do gozar-se faz de suditos subjugados à verdade recalcada e liberta pelos negros-reis.

⁴ GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em Disponível em (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf) Acesso em 10/05/2020. (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)

⁵ A seguir trago a citação inteira: “Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí fora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá prá frevê (que virou nome de dança nas fervuras do carnaval nordestino), botá prá derretê, deixa sangrá, dá um suó, etc são prova disso. É também nesse momento que os não-negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo, para o senhor, no reconhecimento manifesto de sua realeza. É nesse momento que a exaltação da cultura americana se dá através da mulata, desse “produto de exportação” (o que nos remete a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais, etc. embora com eles se articule).”

Todos desejam ser livres. Mas apenas os negros podem plenamente sê-lo. Em virtude da dialética do desejo, onde apenas a falta gera poder, aqueles que mais sofrem são também os que aparentemente mais gozam o retorno do recalcado. Em outras palavras, apenas quem não tem liberdade e prestígio pode, no Carnaval, por exemplo, virar plenamente um rei, ou uma rainha. Não-negros plebeus suditos passam a invejar a ponto de desejar a morte da cabocla, e sua suada, por vezes, póstuma, liberdade. O povo negro, de perseguido, no Carnaval, é convidado a gozar, e perseguir madames ou aparentes ‘bons-moços’. Mas quem goza a majestade nos dias de Carnaval deixará, de fato, as ‘colunas policiais’?

Os mestres da Encantaria nos ensinam a ser pacíficos mas não pacificados. Junto a esses reis dos mistérios, não há espaço para uma linguagem violadora. Porque não morremos quando queremos, preciso é aprender a navegar. Se quem me navega é o mar, símile a Sócrates, morremos quando nós nos deixamos levar, e isso para nos deixarmos ser divinamente. No Fédon, Sócrates fala em *phármakon*, veneno mas também remédio. Aqui, nós falamos em macumba.

Nas Oropa (sic), o pai que castra é também odiado. Aqui, ele pode ser odiado, e isso, sobretudo, quando se ausenta. Via de regra, no Carnaval, o homem é amado. É o rei-Escravo que, de escravizado, passa a Senhor por uma circunstância digamos Macunaímica, isto é, pela mímica do indígena que rouba a cena em razão de sua maior autenticidade.

Quando ambas, a cena privada e a pública, ficam sendo amadas e odiadas, o público é privatizado para poder ser odiado. O macho que aterroriza, assim o faz, porque antes se sente aterrorizado. O desconhecedor dos mistérios concluirá o seguinte: “Estes que eu odeio porque não me pertencem não servem.” Caso em público seja ‘A Mulher’, no privado será apenas ‘uma mulher’ que não lhe pertence nem merece, e que ele deve maltratar para poder ser reconhecido como homem. Friedrich Nietzsche, filósofo alemão, fala: o Bebê é

um sedutor (em Assim Falava o Zaratustra, ele aparece como o terceiro animal, depois do Camelo, e do Leão). Basta um riso maroto, e o bebê a todos seduz.

Compreende-se que o retorno do recalcado, noção psicanalítica para designar o incontrolável da pulsão (Trieb), vem à tona sob a égide do machismo. Como um eterno recalcado à espera de retorno em cada mulher. Neste caso, os relacionamentos tóxicos abundam. Para analisar esse retorno precisamos da argúcia da psicanálise: não podemos sobreviver apenas, mas devemos poder nos utilizar de nosso lado selvagem (Id) para combater o retorno dos machistas. O retorno ao/desde o Complexo de Édipo é chave para podermos, não entender porque isso talvez seja impossível, mas combater os machismos. Mas o selvagem que em nós habita pode estar à serviço da justiça?

Não apenas não sendo machistas, mas sim sendo antissexistas poderemos descobrir mais a esse respeito. A natureza selvagem recalcada vir à tona apenas no Carnaval é pouco. Precisamos da nobreza dos povos originários sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assis, M. d. (1906/ 2020). “Pai Contra Mãe”. In: “Relíquias da Casa Velha”. “Contos (quase) esquecidos”. (2 ed.). Filocalia.

Assis, M. d. (1884/ 2012). “Noites de Almirante”. In: “Histórias sem Data”. “Contos escolhidos”. Martin Claret.

Freud, S. (2006). O eu e o id. In S. Freud, Escritos sobre a psicologia do inconsciente (L. A. Hanns, Trad., Vol. 3, pp. 13-92). Imago. (Trabalho original publicado em 1923)

Gonzalez, L. (2020). “Por um feminismo afro-latino-americano”. Companhia das Letras.

_____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em Disponível em <VEJA AQUI Acesso em 10/05/2020. »https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em 15/02/2024.

Krenak, A. (2022). “Futuro ancestral”. Companhia das Letras.

Nietzsche, F. “Assim falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém.” Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Platão. “Fédon”. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 2011.

Santos, A. B. dos. (Nêgo Bispo, 2023). “A terra dá, a terra quer”. Ubu.

SÓ QUEM JÁ MORREU NA FOGUEIRA SABE O QUE É SER CARVÃO

Márcia Brandão Carneiro Leão¹

“Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão”²

“Cada época tem a bruxa que a represente; toda bruxa vem no século que a cala; cada tempo tem a bruxa a quem se teme; toda bruxa é a era que a enforca ou que a queima, e, em troca, sara.”³

8 de março de 2024, Dia Internacional da Mulher, e a manchete principal vem do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Relatório de 2023), que aponta um crescimento de 1,6% nas mortes de mulheres em comparação com o mesmo período do ano anterior.

¹ Professora de Direito Ambiental. Doutora em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo, é associada regular do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública – IBAP e da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil – APRODAB. Também é participante do podcast “Narrativas do Antropoceno”.

² LEE, Rita; DUNCAN, Zelia. Pagu. Música. 3m52s. Álbum 3001. Universal Music, 2000.

³ NUNES-PIMENTA, Schleiden. A bruxa de Paris. São Paulo: Cartola, 2021.

Trata-se do maior número já registrado desde a criação da lei que tipifica feminicídio, em 2015, definindo o assassinato que envolve razões de condição de sexo feminino, tais como violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Desde então, já foram registrados 10.655 feminicídios. Na análise desse número é preciso levar em consideração a subnotificação.

Segundo a Polícia Civil do Ceará, em 2022, por exemplo, de um total de 264 mulheres assassinadas, apenas 28 casos receberam a tipificação de feminicídio, 10,6% do total.⁴ Seja como for, em 2023, a cada 6 horas uma mulher foi morta simplesmente porque existia, simplesmente por ser mulher.

Qual seria a origem dessa violência contra a mulher? Em busca da resposta, inspirada em Rita Lee, “mexo e remexo na inquisição”. Então senta, que lá vem a história!

De 1560 a 1670, de quarenta a cem mil mulheres foram mortas na fogueira, acusadas de bruxaria.

A dimensão de gênero tem importância fundamental para a compreensão do fenômeno dessa “caça às bruxas”, já que, para além dos supostos poderes malignos, segundo inúmeros pesquisadores, “bruxas” foram mortas exatamente por serem mulheres.

Trata-se de um “feminicídio” que antecede o próprio conceito, cujos “fundamentos” ainda repousam no imaginário cultural de grande parte da sociedade, especialmente nos países influenciados pelo processo de colonização europeia.

Entre os anos 900 e 1400, as autoridades cristãs relutavam em admitir a existência de bruxas. Porém, tudo começou a mudar em

⁴ SOARES, Ingrid. Feminicídio: Brasil teve uma mulher morta a cada 6 horas em 2023. *Correio Braziliense*, online, 07 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/03/6815057-feminicidio-brasil-teve-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas-em-2023.html>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

1484, quando o Papa Inocêncio VIII publicou uma bula que permitiu a violência contra bruxas (*Summis Desiderantis Affectibus*).⁵

Em 1485, um grupo de autoridades eclesiásticas, do qual fazia parte o inquisidor Henry Institoris (Heinrich Krämer), reuniu-se na Prefeitura de Innsbruck, na Áustria, para participar do interrogatório de 13 pessoas acusadas de bruxaria – entre elas, Helena Scheuberin, acusada de ter inúmeros amantes, os quais foram assassinados com seus poderes.

Scheuberin, uma mulher ousada e independente, sem medo de falar o que pensava, ousou interromper o sermão de Institoris, acusando-o de ser uma pessoa malévola. O inquisidor argumentou, dirigindo-se a ela, que a imoralidade sexual e a feitiçaria são dois conceitos inseparáveis, e Scheuberin mais uma vez o desafiou.

Institoris, enraivecido, passou a narrar as práticas sexuais da acusada com tanta intensidade de detalhes que terminou por constranger o grupo de prelados, tendo sido energicamente interrompido pelo bispo. Como resultado, a comissão libertou Scheuberin, humilhando publicamente o inquisidor.

Decidido a nunca mais permitir que uma bruxa escapasse, Institoris reuniu-se a um monge dominicano (Jacob Sprenger)⁶ para produzir o que viria a ser considerado, segundo Broedel, “um dos melhores conhecidos, mais citados e, de fato, mais infames textos

⁵ DEYRMENJIAN, Maral. Pope Innocent VIII (1484-1492 and the *Summis desiderantes affectibus*. *Malleus Maleficarum* and *Fasciulus Temporum* (1490). Portland State University, 2020. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=mmft_malleus>. Acesso em: 08 mar. 2024.

⁶ KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Jacobus. *O Martelo das Feiticeiras*. Rosa dos tempos: São Paulo, 1991.

[6] BROEDEL, Hans Peter. *The Malleus Maleficarum and the construction of witchcraft Theology and popular belief*. Manchester University Press, 2003. Disponível em: <<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/35002/341393.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

medievais: ‘O Martelo das Bruxas, o Malleus Maleficarum’”, publicado em 1487.⁷

Daí em diante, durante o período em que durou a Inquisição, os juízes o usaram em todos os processos como uma espécie de guia, e as “bruxas” foram particularmente perseguidas pela Igreja, especialmente entre 1560 e 1630, quando aconteceram mais de 60% dos julgamentos, conforme levantamento realizado por Leeson e Russ.⁸

Pablo Ernesto Rossi⁹ considera que o ‘Malleus Maleficarum’ é um dos primeiros livros da história que combinam criminologia, código penal e código processual, tipificando o crime de bruxaria e estabelecendo como julgá-lo.

Trata-se de material dirigido a inquisidores e extremamente honesto em seu conteúdo, deixando claro – especialmente nas notas manuscritas das sessões de tortura – que a perseguição é dirigida às mulheres que, por se tratarem de “seres inferiores”, são presa fácil para o diabo, especialmente se forem pobres e solteiras ou viúvas.

Mas, o que teria levado a essa mudança de posição com relação às bruxas?

Bem, o poder da Igreja estava sendo ameaçado à época. Eram os tempos da Reforma Protestante, da Contrarreforma, das guerras religiosas, da ascensão dos Estados absolutistas europeus e das aspirações científicas da Renascença. Inúmeras causas acabaram por marcar certos setores e grupos como “bodes expiatórios” e, nesse

⁷ LEESON, Peter T.; RUSS, Jacob W. Witch Trials. *The Economic Journal*, v. 128, issue 613, 1 aug. 2018, p. 2066-2105. Disponível em: <https://www.peterleeson.com/witch_trials.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

⁸ ROSSI, P. E. Del martillo de las brujas al caso Belén. *Revista de Bioética y Derecho*, (43), p. 77-89, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-176766>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

⁹ GRAF, Norma Blazquez. *El Retorno de las Brujas. Incorporación, Aportaciones y Críticas de las Mujeres a la Ciencia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

contexto, a caça às bruxas foi um fenômeno que afetou as mulheres de maneira especial.

Havia, na época, uma angústia masculina crescente quanto às questões relacionadas à reprodução humana, uma vez que se tratava de conhecimento dominado pelas mulheres. Tornou-se urgente que esse poder passasse para as mãos dos homens, na figura do médico, que tinha acesso à educação.

Segundo o livro, as parteiras seriam aquelas que causam o maior dano, pois, “quando não matam a criança, então, obedecendo a outro desígnio, tiram-na da sala, levantam-na no ar e oferecem-na ao diabo”. Essa referência ao sobrenatural caiu como uma luva.

Blazquez Graf aponta que as mulheres acusadas de feitiçaria costumavam ter um ofício e desenvolviam suas atividades a partir de seus próprios conhecimentos (conselheiras, cozinheiras, perfumistas, curandeiras, camponesas, parteiras ou babás). “Sabiam distinguir as plantas, conheciam métodos para destilar remédios curativos ou eliminar venenos, forneciam anticoncepcionais e realizavam abortos”.¹⁰

A representação das bruxas associadas a um caldeirão não é acidental e, neste caso, pouco importava se esse artefato era usado para o bem ou para o mal, já que o *Malleus* não julgava os comportamentos, mas a pessoa. Matar, ferir ou curar seriam capacidades decorrentes de um pacto com o diabo.

Essa perseguição não foi, nas Américas coloniais, um fenômeno massivo como em algumas partes da Europa. Lá, conforme Ana Carolina Palma García, a “ilegitimidade do poder das mulheres foi

¹⁰ GARCÍA, Ana Carolina Palma. La Santa Inquisición en Cartagena. In: *Papel de Colgadura Vademécum Gráfico Y Cultural*, v. 16. Magia, Brujería y Herejía. Universidad Icesi Departamento de Artes y Humanidades Facultad de Derecho y Ciencias Sociales Cali, Colombia, p. 54-59, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/84646/1/sinistera_pdc16_2018_compressed_red.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

confrontada por meio da caça às bruxas, na qual elas se tornaram o principal alvo de perseguição e extermínio”.¹¹

Contudo, as mulheres no Novo Mundo não passaram ilesas, eis que sofreram denúncias nos tribunais da Inquisição, levadas a Lima, México e Cartagena das Índias pelos espanhóis.

No Brasil, mulheres acusadas de bruxaria foram condenadas à fogueira e queimadas vivas em pleno Centro de São Paulo, nos séculos 17 e 18. Por aqui, tivemos nosso período de caça às bruxas. Com base nos princípios do Tribunal do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição Católica, mulheres acusadas de bruxaria eram julgadas e condenadas pelos padres e dirigentes locais e, muitas vezes, acabavam sendo queimadas vivas.

Mary Del Priore revela que “desde que a serpente conversou com Eva no paraíso, a mulher foi considerada pela Igreja católica a causa de todos os males que atingiram a humanidade. Por sua constituição fraca, ela seria a vítima preferida das ciladas do Demo”.¹²

Os anos, que se transformaram em décadas e séculos, puseram fim à caça às bruxas na Europa e na América Latina, mas a violência contra essas mulheres – e as mulheres em geral – não desapareceu. Esse conjunto de superstições teve uma profunda influência nas populações latino-americanas, que continuaram a acreditar nas bruxas e em suas conexões com o diabo, percebendo essa “qualidade” como um atributo feminino. Assim, mesmo em meados do século 20, mulheres acusadas de bruxaria continuaram a morrer na região.

Gema Kloppe-Santamaría levantou uma infinidade de casos, pesquisando arquivos da polícia e de jornais entre 1930 e 1950.¹³ Por

¹¹ DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10. ed. Contexto: São Paulo, 2004.

¹² MORENO, Jesús. Por que mulheres são mortas até hoje sob acusação de ‘bruxaria’. BBC News Mundo, online, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58560697>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

¹³ KLOPPE-SANTAMARÍA, Gema *apud* MORENO, Jesús, *op. cit.*

que tanta crueldade contra essas mulheres? O que esses casos tinham em comum? Entre suas alegações: “Essas mulheres eram vistas como transgressoras, afastaram-se do papel que se esperava delas na época. Desafiaram as noções de submissão, domesticidade, passividade e cuidado materno que seus pares esperavam delas”.¹⁴

Havia, no entanto, “uma posição ambivalente” em torno dessas bruxas ou curandeiras: ao mesmo tempo que eram procuradas por pessoas influentes, eram vistas como “subversivas, desafiando o domínio dos homens nas esferas pública e privada”.

A violência a que essas mulheres eram submetidas também era carregada de simbolismo. Elas tinham que ser “supermortas”. “Segundo a lenda, era preciso impedir o espírito da bruxa de se vangloriar, então elas tinham que ser queimadas. Mas se tratava também de um recado para as mulheres, de que um comportamento desse tipo não será tolerado. Matar era um ato social e público; o objetivo era dar o exemplo”.¹⁵

Na América Latina, esse tipo de violência contra as bruxas desapareceu nas décadas de 70 e 80, destaca a pesquisadora.

No entanto, o pesadelo de serem perseguidas sob a alegação de serem bruxas não acabou para muitas mulheres: a ONU alerta que milhares são assassinadas todos os anos em várias partes do mundo sob essa acusação. “Em muitas comunidades, ser acusada de bruxaria equivale a receber uma sentença de morte”, indicam as conclusões de um comitê de especialistas do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que, em setembro de 2020, apresentou um relatório sobre o fenômeno da caça às bruxas na atualidade.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ MORENO, Jesús. *Por que mulheres são mortas até hoje sob acusação de 'bruxaria'*. BBC News Mundo, online, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58560697>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

Foram documentadas 22 mil vítimas acusadas de bruxaria nos últimos 10 anos, mas o relatório alerta para o fato de que muitos desses crimes são cometidos em locais de difícil acesso e há falta de transparência, o que dificulta apurar a real extensão dessa prática.¹⁶

Chama a atenção o fato de que todos os países mencionados no relatório foram colonizados, ou tutelados pelos europeus, em algum momento: Índia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Angola, Nigéria, Gana, Quênia, Nepal e Papua Nova Guiné.

Em 2009, na Arábia Saudita, foi criada uma “Unidade Anti-Bruxaria” na polícia, e a pena de morte ainda está em vigor para essa acusação.

A violência extrema que resulta das denúncias de feitiçaria (sacrifícios humanos, mutilações, torturas e assassinatos) atingem crianças e pessoas com problemas de saúde (como os albinos), mas afetam as mulheres, especialmente. Há, inclusive, relatos que apontam que a covid-19 provocou um aumento nas acusações de bruxaria contra as mulheres (da casta Dalit) na Índia.¹⁷

“Para uma mulher, “a situação mais perigosa” em uma sociedade com crenças na feitiçaria é ser vista como uma “transgressora da norma cultural”, dizem os pesquisadores, que destacam que, em alguns países, Índia, por exemplo, as mulheres que vivem sozinhas e são independentes financeiramente muitas vezes são acusadas de serem bruxas para que seu patrimônio seja roubado”.¹⁸

E, por falar em “transgredir normas culturais”, é preciso destacar o papel das mulheres nos movimentos por direitos trabalhistas e reformas sociais e econômicas ao redor do mundo. Em 26 de fevereiro

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ SUDRÉ, Lu. Março das Mulheres – Conheça a verdadeira história do 8 de março. Brasil de Fato, online, 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/08/marco-das-mulheres-or-a-verdadeira-historia-do-8-de-marco>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

de 1906, em Nova York, foram elas que reuniram mais de 15.000 participantes em uma passeata que reivindicava melhores condições de trabalho, exigindo mudanças em uma jornada de trabalho de 16 horas, seis dias por semana e, muitas vezes, aos Domingos.

Na Europa, em 1910, durante uma reunião da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin sugeriu a realização de várias passeatas com o mesmo objetivo. Sugeriu, ainda, que as trabalhadoras de todos os países organizassem um dia especial das mulheres, tendo como primeiro objetivo promover o direito ao voto feminino. A reivindicação também inflamava feministas de outros países, como Estados Unidos e Reino Unido.¹⁹

No ano seguinte, um incêndio ocorrido em 25 de março, na fábrica Triangle Shirtwaist, em Nova York, matou 146 trabalhadores, incluindo 125 mulheres (a maioria mulheres imigrantes judias e italianas, entre 13 e 23 anos). “A tragédia fez com que a luta das mulheres operárias estadunidenses, coordenada pelo histórico sindicato International Ladies’ Garment Workers’ Union (em português, União Internacional de Mulheres da Indústria Têxtil), crescesse ainda mais, em defesa de condições dignas de trabalho”. [19]

Na manifestação por “Pão e paz”, realizada no dia 8 de março de 1917, mulheres tecelãs e mulheres familiares de soldados do exército tomaram as ruas de Petrogrado (hoje São Petersburgo), convocando o operariado russo contra a monarquia e pelo fim da participação da Rússia na I Guerra Mundial. Este é o verdadeiro motivo para a escolha da data para comemorar o Dia Internacional da Mulher (formalizada em 1975, pela ONU). Desde então, a cada 8 de março, precisamos questionar a hipocrisia em torno das “homenagens” que recebemos nessa data, uma vez que somos o principal grupo afetado pela violência e desigualdade. Ainda há muito por fazer e nada está no lugar.

¹⁹ *Ibidem.*

Seguimos na luta. Somos guardiãs da vida, da biodiversidade, do amor e da fraternidade. Somos mães, irmãs, ativistas, operárias, professoras, cuidadoras, enfermeiras, médicas, amigas, companheiras e, não raro, tombamos nos campos dessas batalhas. Somos Vandanas, Dorothys, Marielles, Marias [da Penha] e Clarisses, Janes, e tantas, tantas, tantas outras que estiveram, estão e estarão sempre presentes! Somos rainhas de nossos tanques e Pagus, indignadas nos palanques! (Rita Lee, in memoriam).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROEDEL, Hans Peter. *The Malleus Maleficarum and the construction of witchcraft Theology and popular belief*. Manchester University Press, 2003. Disponível em: <<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/35002/341393.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. Contexto: São Paulo, 2004.

DEYRMENJIAN, Maral. Pope Innocent VIII (1484-1492 and the Summis desiderantes affectibus. *Malleus Maleficarum and Fasciulus Temporum (1490)*. Portland State University, 2020. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=mmft_malleus>. Acesso em: 08 mar. 2024.

GARCÍA, Ana Carolina Palma. La Santa Inquisición en Cartagena. *In: Papel de Colgadura Vademécum Gráfico Y Cultural*, v. 16. *Magia, Brujería Y Herejía*. Universidad Icesi Departamento de Artes y Humanidades Facultad de Derecho y Ciencias Sociales Cali, Colombia, p. 54-59, 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://repository>.

icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/84646/1/sinisterra_pdc16_2018_compressed_red.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

GRAF, Norma Blazquez. *El Retorno de las Brujas*. Incorporación, Aportaciones y Críticas de las Mujeres a la Ciencia. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Jacobus. *O Martelo das Feiticeiras*. Rosa dos tempos: São Paulo, 1991.

LEE, Rita; DUNCAN, Zelia. *Pagu*. Música. 3m52s. Álbum 3001. Universal Music, 2000.

LEESON, Peter T.; RUSS, Jacob W. Witch Trials. *The Economic Journal*, v. 128, issue 613, 1 aug. 2018, p. 2066-2105. Disponível em: <https://www.peterleeson.com/witch_trials.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MORENO, Jesús. *Por que mulheres são mortas até hoje sob acusação de 'bruxaria'*. BBC News Mundo, online, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58560697>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

NUNES-PIMENTA, Schleiden. *A bruxa de Paris*. São Paulo: Cartola, 2021.

ROSSI, P. E. Del martillo de las brujas al caso Belén. *Revista de Bioética y Derecho*, (43), p. 77-89, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-176766>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOARES, Ingrid. *Feminicídio: Brasil teve uma mulher morta a cada 6 horas em 2023*. Correio Braziliense, online, 07 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/>

brasil/2024/03/6815057-feminicidio-brasil-teve-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas-em-2023.html>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SUDRÉ, Lu. *Março das Mulheres* – Conheça a verdadeira história do 8 de março. Brasil de Fato, online, 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/08/marco-das-mulheres-or-a-verdadeira-historia-do-8-de-marco>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

TABU

Márcia Semer¹

A literatura é ferramenta relevante de cognição, de percepção do mundo e de seus dilemas pelo olhar de outro, mas que também pode ser ou se tornar seu. Como expressão artística, a literatura desperta nossos afetos numa dimensão que a abordagem acadêmica dificilmente é capaz de alcançar.

Annie Ernaux, escritora francesa que conquistou o prêmio Nobel de Literatura em 2022, é dona de uma pena enxuta e poderosa. Seus textos traduzidos até aqui para o português têm forte matriz autobiográfica e retratam fundamentalmente o universo feminino. Sua escrita modela retratos, verdadeira fotografia da mulher urbana, integrante dos extratos médios da sociedade, no seu caso uma intelectual, que a partir dos anos 1960 vive sua juventude e maturidade.

Mas longe de revelar um recorte personalíssimo, particular da vida da escritora, o texto de Annie Ernaux é universal, abraça a esfera do feminino em toda sua complexidade, dialogando especialmente com temas tabus, a exemplo do argumento central do livro O

¹ Advogada. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela USP, Procuradora do Estado aposentada, vice-presidente do SindiproesP, membro integrante do IBAP

Acontecimento, provavelmente sua obra mais conhecida, publicada originalmente em março de 2000 na França e apenas em 2022 no Brasil pela editora Fósforo.

Em *O Acontecimento* Ernaux retrata a experiência dolorosa de uma jovem mulher, ela mesma, para a realização de um aborto numa França onde a prática era legalmente vedada, nos idos de 1963. A partir das memórias da escritora, o livro apresenta em todas as tintas a trajetória solitária tão comum às mulheres que, enfrentando a reprovação moral, a falta de empatia ou solidariedade e a lei, decidem tomar nas mãos seu próprio destino.

Como obra literária, a leitura de *O Acontecimento* alarga nossos sentidos e nos permite apreender razões que a própria razão desconhece no trato da matéria. Temporalmente situado no ano de 1963, *O Acontecimento* se passa no mundo da guerra fria, da França chefiada pelo general Charles de Gaulle que, diga-se, apesar de herói da resistência aos nazistas em seu país, foi dos primeiros chefes de Estado a visitar o Brasil após o golpe civil-militar que nos assaltou faz exatos 60 anos, percorrendo Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, tudo em outubro de 1964.

Pois sessenta anos se passaram, e se na França *O Acontecimento* está descriminalizado desde 1975, no Brasil ainda enfrentamos enormes dificuldades, dificuldades crescentes, vale registrar, para pautar o tema, até mesmo quanto ao estreito objeto do aborto legal.

Um exemplo da dimensão de verdadeiro tabu que a questão do aborto tomou no Brasil ocorreu na semana passada, última de fevereiro de 2024, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Posto em votação o Projeto de Lei n. 16/2017, de autoria da ex-vereadora Marielle Franco, a Casa rejeitou a proposta por 32 votos a 8.

Mas o que dizia o referido projeto? Certamente essa é a pergunta que se faz o leitor neste momento.

O projeto propunha a criação de um Programa de Atenção Humanizada ao Aborto Legal- aquele cuja gravidez é decorrente de

estupro, põe em risco a vida da mãe, carrega um feto anencefálico ou obteve autorização judicial- no âmbito do Município do Rio de Janeiro, a fim de garantir práticas de acolhimento, orientação e tratamento clínico adequado às mulheres. Trazia por princípios, entre outros, a presunção de veracidade da fala da mulher, o acolhimento como dever e norteador da equipe de saúde, a escuta qualificada da mulher nos atendimentos a cargo das equipes de saúde; e por objetivos da implementação do programa o respeito à autonomia da mulher, o acolhimento e a orientação, a eliminação da violência obstétrica, etc, tudo nos estritos limites do aborto legal.

Ao final, a maioria expressiva dos edis- quase todos homens- rechaçaram a mera proposição de atendimento humanizado à mulher em situação de aborto legal, invocando para tanto Deus, a família ou a posição pessoal contrária ao aborto.

A proposta, a rigor, não implicava novas despesas, mas apenas estabelecia diretrizes comportamentais e procedimentais às quais as equipes de saúde do município deveriam guardar especial atenção. Tratava-se tão somente de iniciativa que punha no papel a lembrança de que a mulher na situação de aborto legal merece receber tratamento respeitoso, adequado, empático e solidário.

Nem isso foi possível discutir com razoabilidade, imputadas em plenário ofensas e xingamentos aos defensores da matéria. Nada foi capaz de desfazer o tabu que cerca o tema nestas terras de palmeiras onde canta o sabiá. Ao final, a maioria expressiva dos edis- quase todos homens- rechaçaram a mera proposição de atendimento humanizado à mulher em situação de aborto legal, invocando para tanto Deus, a família ou a posição pessoal contrária ao aborto.

Talvez ainda sejam necessários muitos marços até que o aborto deixe de ser O Acontecimento no Brasil. Não será sem luta democrática, daquelas que brotam das ruas e que por isso avançam arrasadoras sobre os mais obscuros tabus.

Ainda escrevo as últimas palavras deste texto quando leio na imprensa digital: França se torna primeiro país do mundo a proteger aborto na Constituição. Em sessão do Parlamento com direito a transmissão por telão gigante postado na Torre Eiffel, a proposta oriunda do governo obteve aprovação de 780 parlamentares contra 72. A promulgação, marcada para ocorrer em 08.03.2024, será um ato público para o qual Emanuel Macron está convidando a população a participar. Allez les Bleus!

UMA CONVERSA ENTRE ARTE E CRÍTICA SOCIAL

M. Madeleine Hutyra de Paula Lima¹

Os salões estão vazios. O público já se retirou. O silêncio foi dominando o espaço? Mera ilusão... Começa uma conversa entre personagens de obras expostas, com destaque para alguns argumentos fortes e a vontade de expressar os sentimentos retidos durante o dia. Num ponto a maioria concordou: -- “Sofremos a dominação pela força bruta do poder!!”

“Fomos pioneiros em revelar a fome, o desalento, a falta de condições de vida e a necessidade de abandonar nossa região de origem”. – “A intensa falta de comida e de água para plantar; eram o sofrimento e a falta de opções nos levando a abandonar o torrão natal, sufocado pela seca. Mais, as longas andanças, incertezas e mais sofrimentos”, afirmou um do quadro “Os Retirantes” (Candido Portinari, 1944).

“Mostramos a imensa dor pela morte de nossa criança, parte de nossa carne desnutrida e ressecada”. Foi muito triste... “Choramos copiosas lágrimas, apelamos a Deus para

¹ Advogada, Mestre/Direito Constitucional e associada do IBAP.

diminuir tanto sofrimento”, disse alguém de “Criança morta” (Candido Portinari, 1944).

As imagens da infância foram a inspiração de suas obras. Filho de imigrantes italianos que trabalhavam em plantação de café, Candido Portinari guardou durante anos as cenas dos migrantes que passavam pela cidade de Brodowski, no Estado de São Paulo, fugindo da grande seca de 1915.

Além de estudiosos, a literatura com Rachel de Queiróz registrou em ficção a diáspora dos sertanejos cearenses durante o período das secas e detalhou a infâmia de seu confinamento em campos de concentração. Segundo registros oficiais e notícias da época cerca de vinte mil pessoas morreram nesses confinamentos por faltar fornecimento de comida suficiente e atendimento de saúde, nas primeiras décadas do século XX. O documentário *Currais* (2021), dirigido por David Aguiar (doutorando em Comunicação da Universidade Federal do Ceará) e Sabina Colares, aborda o confinamento dos retirantes da grande seca de 1932, tendo o filme recebido vários prêmios.²

“Para nós foi difícil valorizar a beleza de nossa cor ... A pele negra foi desumanizada e por isto sofremos as atrocidades dos senhores da escravização após os sequestros da terra natal africana”. – “Cruzando o imenso oceano, grilhões de ferro nos pés, no porão fétido das galeras remamos sem descanso avançando com o navio, nas costas a dor das chibatadas. Muitos morreremos de exaustão”.

“Estigma e perseguição. Na nova terra, o pesado trabalho, sem escolha e sem fim. A mágoa de ser ninguém. A marca da cor como escravizado, sem respeito à nossa vontade, roubado do amor, da família e desprovido de direitos. Quisemos disfarçar a cor do sofrimento jogando tinta branca sobre nós” (“Amnésia”, Flávio Cerqueira, 2015).

² <https://www.youtube.com/watch?v=9ifyCmNmmKU>

No campo e na cidade, a desconfiança é o elemento mais forte nos controles. – “Sofremos a violência policial, nós, pobres, e em especial, nós negros, nas abordagens policiais, no início, meio e fim” (“Senhora Injustiça”, No Martins, 2017).

O policial militar sem patente provém de camadas pobres da população; --“Um pobre perseguindo outro pobre!” O próprio policial sofre da relação de hierarquia rígida, de poder e dominação, por orientação, determinação, exigência ou por todos estes combinados. Como no exército, a regra é obedecer aos superiores. Submete-se também ao “espírito do grupo” e à doutrinação que estimula a desconfiança do pobre e do negro. Quem não se adapta, poderia deixar a corporação, nem sempre possível por faltar outra alternativa.

São negados pedidos de afastamento de policiais militares para tratamento de saúde mental por recomendação de médicos psiquiatras externos à corporação, em casos como estresse pós-traumático, ansiedade ou depressão. Apesar de haver um programa de saúde interno da Polícia Militar, cresceu o número de suicídios de policiais entre 2019 e 2021.³

“Eu retrato a força do poder e tenho meus galardões de glória, mas no lugar de rosto, tenho uma caveira”. “Minha figura alude à morte” lembrando a violência militar do período. “Denuncio a perversão do autoritarismo do Estado brasileiro”, que dominou o país entre 1964-1985 com o uso de métodos de controle, intimidação e extermínio no país, como a tortura e o desaparecimento. – “Ao mesmo tempo, sou uma ironia”, pois as medalhas foram obtidas servindo ao poder. “E, comprovando os métodos de intimidação, sou uma segunda versão, pois a primeira foi destruída na época” (“O herói”, Anna Maria Maiolino, 1966).

³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/02/policiais-de-sp-reclamam-de-descaso-da-corporacao-com-problemas-de-saude-mental-suicidios-cresceram-de-2019-a-2021.ghtml>

Nascida no sul da Itália em 1942, Anna Maria Maiolino e sua família emigraram para a Venezuela, em 1954, diante das dificuldades no pós-guerra. Em Caracas frequentou o curso de Arte Pura. Mudando para o Rio de Janeiro em 1956, integrou-se ao movimento artístico Nova Figuração, de reação à política da época, e se aproximou da arte de cultura popular, aplicando sua estética nas temáticas sociais e políticas em suas obras.

“Queremos democracia na difusão da arte!”. “Não deixe os museus reduzirem a arte aos poucos artistas que ganharam o concurso de popularidade entre os marchands, curadores e colecionadores mais poderosos. Se os museus não exibem arte tão DIVERSA quanto as culturas que eles dizem representar, DIGA A ELES que não estão exibindo história da arte, mas que estão apenas preservando a história da RIQUEZA E DO PODER” (“História da Riqueza e do Poder”, Guerilla Girls, 2022).

Em 2017, esse grupo esteve no Brasil para uma retrospectiva de 32 anos de seu trabalho, realizado em várias cidades pelo mundo e contando com a participação, durante esse período, de mais de 55 artistas ativistas feministas. Usam máscaras de gorila em público para manter o anonimato de cada uma delas. Seu foco está nos problemas que questionam, e não nos personagens do grupo. Nas suas manifestações provocadoras, como projetos de rua, cartazes e adesivos em todo o mundo, expõem problemas de gênero e vícios étnicos, denunciando corrupção na política, arte, cinema e cultura pop. Por exemplo, em 1989, o valor pago por uma tela de Jasper Johns (US\$ 17,7 milhões) poderia comprar obras de 67 mulheres artistas consagradas e citaram o nome de várias delas.

“Estou contaminado por esgotos e resíduos químicos e já fui um local onde a ditadura chilena despejava os corpos de pessoas torturadas e mortas. Sou o rio Mapocho”, no Chile Percorro 110 quilômetros desde meu nascedouro em Lo

Bamechea até encontrar o Rio Maipo, que desemboca no Oceano Pacífico, perto da cidade Llolleo.”⁴

“É um rio de morte”, na descrição de Cecilia Vicuña, e o vídeo exposto é um recorte de seu trabalho no rio Mapocho. Por uma série de performances, a artista se esforça para curar esse sítio das violências ecológica e política visando recuperar o lugar sagrado conferido pela história e cultura indígena com perspectivas sobre a vida, a morte, a cultura, a memória e a história desse território (vídeo *Quipu Mapocho*, Cecilia Vicuña, 2017).

Nascida em Santiago do Chile em 1948, a artista cresceu no vale do Maipo. Formou-se em Belas Artes, depois obteve seu MFA da Universidade do Chile em 1971 e com uma bolsa do British Council Award, mudou-se para Londres em 1972. Em 1973 exilou-se e teve ativismo político, com protestos pacíficos contra o fascismo e as violações dos direitos humanos no Chile e em outros países, membro fundadora do Artists for Democracy e organizou o Festival de Artes para a Democracia no Chile no Royal College of Art em 1974. No ano seguinte, mudou-se para Bogotá, Colômbia, para realizar pesquisas independentes sobre arte e cultura indígenas.

“Levanto uma questão: como o espaço do museu, o MASP, se relaciona com os fatos que acontecem no seu entorno, os confrontos e as contradições da vida nas ruas?”. – “É fato que importantes instituições apoiam reconhecidas atividades artísticas na cidade, um dos principais centros culturais do Brasil”. – “Estariam elas ignorando a realidade dos enfrentamentos que aconteceram na região do Museu, em diferentes momentos da década de 2010?” (“Campo e contracampo”, Dora Longo Bahia, 2017). Essa obra integra um conjunto de seis trabalhos concebidos para serem expostos na Pinacoteca

⁴ <https://www.ufrgs.br/artevera/guerilla-girls-a-igualdade-de-genero-no-universo-da-arte/>

de cavaletes de vidro durante a mostra ‘Avenida Paulista’, em 2017.

Dora havia concebido retratos dos seis presidentes das instituições culturais privadas localizadas na avenida Paulista — Instituto Moreira Salles, Instituto Cultural Safra, Centro Cultural Fiesp, Sesc São Paulo, Instituto Itaú Cultural, além do próprio MASP— sem representá-los de fato, deixando a tela em branco. Indicou os retratados apenas nos títulos das obras (o “Campo” do título). No verso dos retratos brancos (o “Contracampo”), há cenas de embates entre policiais e manifestantes que aconteceram nas proximidades dessas instituições culturais na avenida Paulista, indicando no título a data em que foram registradas por fotos em jornais; no caso do MASP, em 11 de junho de 2013.

Podemos perceber que a arte não é simplesmente beleza e contemplação; é também provocação, incômodo, denúncia e cobrança. Ela provoca os pensamentos e os sentimentos. Os diversos olhares fazem leituras diferentes do que veem, com base na sua vivência interior, seus fantasmas e seus sonhos. Acontece isto também em relação aos fatos do cotidiano e daqueles trazidos pelo noticiário.

Quando se fala que a arte imita a vida e a vida imita a arte, e alguns fatos reais causam forte indignação para alguns, surge a dúvida: quando muitos humanos são insensíveis ao sofrimento alheio, que nível de crueldade a arte (incluindo a fotografia) deve apresentar para acordar o sentimento de indignação, diante de fatos cruéis, nesses seres tão desumanos?

PÉTALAS EM PROSA

Patrícia Bianchi¹

Sob uma perspectiva de gênero, um recorte maior da realidade apresenta elementos do que se poderia chamar de evolução dos direitos femininos, ou de uma maior equidade entre os gêneros. Mas esse processo apresenta um movimento pendular entre avanços e retrocessos, numa cadência onde algumas mulheres assumem o protagonismo. No mundo real, os exemplos seriam múltiplos, mas, viajando um pouco para o mundo dos quadrinhos, poder-se-ia citar a figura da Mulher-Maravilha (Wonder Woman) da DC Comics.

A personagem — habitante da ilha de Themyscira, normalmente descrita como semelhante às antigas sociedades Gregas, onde as mulheres ornavam-se com túnicas, sandálias e elmos — encarna uma guerreira de origem greco-romana, que possui um alter ego de Princesa Diana. Reza a lenda que aquela ilha era habitada por almas de mulheres assassinadas por homens, que ressuscitadas, teriam recebido alguns atributos dos deuses que as criaram, como força, conhecimento, beleza e amor.

¹ Doutora pela UFSC. Pós-doutora pela USP e pesquisadora na área ambiental.

Aqui na Terra, Wonder Woman foi criada pelo psicólogo norte-americano William Marston, numa época em que o mundo dos quadrinhos era habitado apenas por figuras masculinas. Filha da Rainha Hipólita, Diana foi mandada como Mulher-Maravilha ao “mundo dos homens” para propagar a paz, levando com ela um laço da verdade e dois braceletes. Ela já foi descrita ao longo de sua história como uma mulher independente; que não provém da derivação (spin-off) de um super-herói masculino, e que não foi criada para ser o par romântico de nenhum super-herói.

Marston afirmou à revista *New Yorker* que “a Mulher Maravilha é a propaganda psicológica para o novo tipo de mulher que deve governar o mundo.” Nesse contexto, a Mulher-Maravilha teria sido concebida para criar um padrão de uma feminilidade forte, livre e corajosa; em contraposição à ideia, que paira aqui e ali, de que as mulheres são inferiores aos homens. A ideia foi que ela servisse de inspiração para as meninas, conferindo-lhes autoconfiança. Contudo, toda essa construção não é isenta de críticas, nem mesmo de representantes do movimento feminista. Nesse sentido, a jornalista norte-americana Gloria Steinem, por exemplo, teria dito que a Mulher-Maravilha não passaria de um James Bond entediante, só que sem a liberdade sexual do agente inglês.

Assim como as diferenças entre James Bond e Diana, sabemos que as desigualdades entre mulheres e homens estampam relatórios e trabalhos no que se refere às pesquisas relacionadas a gênero. Paul Singer, em artigo sobre a contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres, destacou que “a subordinação das mulheres aos homens decorre de preconceitos seculares contra a capacidade e a inteligência das mulheres em comparação com os homens.” Singer explica que tradições, quase sempre alicerçadas em normas religiosas, atribuem às mulheres tarefas domésticas, e aos homens, supostamente mais aptos, restaria a função de prover a subsistência da família. Nesse sistema, a mulher é tida como naturalmente

dependente do homem ao qual deve obediência, devoção e lealdade. E o autor explica que “estas noções são internalizadas por homens e mulheres, que as apreendem desde cedo observando os comportamentos dos pais e outros membros da família.”

Ainda hoje homens e mulheres não formam grupos homogêneos e, para melhor entender suas dinâmicas, é importante analisar a interação ou intersecção com outras dimensões, grupos e categorias. Características como idade, religião, escolaridade, raça/etnia, orientação sexual, migração e status de cidadania, assim como viver em áreas urbanas ou rurais, são interseções que influenciam a análise de gênero, e devem ser contrapostas sempre que se for analisar situações relativas ao tema. Na área ambiental, essas desigualdades encontram-se nas diferenças de funções e responsabilidades atribuídas e desenvolvidas pelos dois sexos; há disparidades no acesso e no controle sobre os recursos ambientais; além das diferenças de oportunidades de tomada de decisão nesse âmbito.

Segundo o relatório produzido pela ONU Mulheres e pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), o “Gender Snapshot 2023”, mais de 340 milhões de mulheres e meninas – ou 8% da população feminina mundial – viverão em situação de pobreza extrema até 2030. No pior dos cenários com dados de gênero e de clima cruzados, em 2050, a emergência climática pode levar mais 158 milhões de mulheres e moças à situação de pobreza, número que supera em 16 milhões de homens e rapazes. Foram reportados 380 milhões de mulheres e meninas vivendo hoje com escassez crítica de água. Aquele relatório ainda expõe a forte tendência ao não cumprimento das metas climáticas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Mas qual o estado da arte da questão de gênero no Brasil? Quais os cenários que as mulheres dispõem para a sua emancipação na atualidade? Nada favorável, nada promissor. Por aqui abundam as notícias de lesões corporais, danos psicológicos, estupro ou

assédios. E o país vem sendo apontado como um bom lugar para comportamentos misóginos e criminosos, isso muito em razão de alguns jogadores de futebol brasileiros que cometem crimes no exterior, são condenados lá fora e fogem para o Brasil. Ufa! Aqui é mais tranqüilo. A impressão é que se trata de uma pecha cultural, que tende a avalizar crimes e hábitos que envolvam gênero, atos que se multiplicam e são coroados pela impunidade, sobretudo (mas não exclusivamente) se são perpetrados por homens brancos e detentores de algum status, dinheiro ou poder.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicação do IPEA, a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu no país 0,5% entre 2020 e 2021. De acordo com a edição de 2023 do Atlas da Violência, em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Trata-se de um índice 79% superior ao das mulheres não negras. Em março de 2023 o IPEA publicou que o Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto, onde a grande maioria das vítimas são mulheres.

Segundo dados recentes do IBGE, mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana; que, em grande parte, a mulher que exerce atividade remunerada não a exime das responsabilidades pelas atividades domésticas, assumindo, dessa forma, a chamada dupla jornada; que os homens brancos continuam com os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e, por fim, mulheres negras; e que, no que concerne à participação das mulheres nos cargos gerenciais, mais de 60% desses cargos são ocupados por homens. Essa desigualdade é ainda mais elevada entre os 20% dos trabalhadores com maiores salários, onde as mulheres ocupam apenas 22% dos cargos.

E no reforço ao movimento da misoginia nacional, cabe mencionar que, em terra brasilis, um ex Presidente da República já se manifestou publicamente dizendo que “o Brasil não pode ser o país do turismo gay. Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher,

fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro.” Noutra oportunidade, a deputada Tabata Amaral afirmou: “já tive em uma reunião em que um deputado me perguntou: quem você quer provocar de batom vermelho?”. Já a deputada Talíria Petrone publicou que enquanto mulher “o tempo todo você tem que se impor para ser reconhecida.”

Mas em pleno século 21, como esse circo (de horrores) pode ser possível? Bom, a desigualdade de gênero não é uma novidade, tampouco se apresenta como uma marca exclusiva do mundo contemporâneo. Trata-se de uma situação que foi moldada ao longo da história, são diferenças socialmente construídas, onde foram estipulados papéis e oportunidades direcionadas ao sexo feminino ou masculino. O rolo compressor machista vem sendo perpetrado há séculos, ainda que a situação das mulheres tenha evoluído positivamente em alguns pontos em décadas recentes.

Contudo, a emancipação feminina precisa de mínimas condições para se viabilizar. E sabemos que uma grande parcela das mulheres não tem oportunidade de se emancipar, e por isso está condenada a continuar a seguir conforme o sistema, dançar conforme a música. É o caso das mulheres nascidas em condições desfavoráveis como a pobreza, por exemplo, na periferia dos países em desenvolvimento, onde o direito não as alcança, e onde as humilhações e precariedades em razão do gênero podem ser ainda piores, até mesmo pela intersecção, multiplicidade e complexidade dos problemas vivenciados.

Assim, é fundamental que se tenha consciência das questões que cercam o gênero feminino. A teoria da interseccionalidade traz a idéia de que, apesar de que todas as mulheres estejam de algum modo sujeitas à discriminação de gênero, outros fatores – incluindo raça e cor da pele, posição social, idade, etnia, ascendência, orientação sexual, religião, classe socioeconômica, cultura – combinam-se para determinar sua posição social, sua maneira de existir no mundo. E nesse contexto as mulheres negras acabariam marginalizadas

dentro dos movimentos feministas e antirracistas, isso porque, na prática, não haveria diálogo entre esses movimentos.

Mas por que a cultura masculina, ou ao menos do macho clássico (homem misógino ou tóxico), se perpetua à custa da dignidade do outro gênero? E por que as mulheres muitas vezes têm dificuldades de se desvencilhar dessas armadilhas? Nesse caso, a psicanálise traz muitas respostas, mas a ficção e a arte nos dá algumas pistas. Nessa esteira, tratando-se do desenho da personalidade de homens misóginos, abusadores, ou manipuladores, o filme “The power of the dog” (Ataque dos Cães, de 2021) tem muito a nos revelar. O filme é baseado no livro do romancista norte-americano Thomas Savage. Um filme tenso, visualmente lindo, com personagens “padrões” da década de 20, mas com suas complexidades expostas. O ator central da obra, Benedict Cumberbatch, está ótimo como o cowboy Phil. Mas a grande beleza do filme está no trabalho da diretora Jane Campion que expôs a complexidade dos chamados “homens tóxicos”, indo além do óbvio, revelando (ao menos um dos seus possíveis) desejos mais latentes.

O protagonista assume um modelo de homem machão e homofóbico, do tipo que vê as mulheres como objeto de conquista, de sexo, aquela que deve se reservar aos cuidados com a casa. Ele encena um perfil de homem que praticamente só admira tipos viris e fortes, como ele próprio se considera, voltando seus esforços para impressionar outros homens. Pois é. “The power of the dog” renderia várias resenhas em razão da multiplicidade de questões que ele traz e toca, e assistir ao filme é de grande valia para a construção do entendimento sobre o tema.

Em termos de arte nacional, além do seriado “Bom Dia, Verônica” (1ª Temporada) – onde ele interpreta a figura de homem gentil e policial exemplar, que esconde uma personalidade doente e obscura – o ator Eduardo Moscovis fez outro trabalho que talvez seja o melhor para ilustrar este ensaio. Trata-se do vídeo “Tigre Branco”,

com texto de Daniela Pereira de Carvalho. No vídeo, Moscovis interpreta um homem branco; um homem branco que gosta de mulheres etc. Em determinada altura do monólogo, o personagem se diz a imagem e semelhança de Deus, e questiona se Deus, então, seria opressor. E por aí vai. Vale registrar que o ator dá um show de interpretação, e, com tão boa performance, é improvável não se ter asco do personagem.

Assim, por toda facilidade que dispomos em termos de acesso e multiplicidade de informação (inclusive informação de qualidade), sabemos que hoje quando se pensa em estereótipos de mulheres vistas como fracas e com necessidade de proteção, deve-se reforçar que são, sobretudo, as razões econômicas e sociais que geralmente melhor explicam o que pode ser percebido como “vulnerabilidade”. Mulheres não são vulneráveis, mas vulnerabilizadas. E, nesse contexto, muitas mulheres não têm ânimo para a mudança. Dependendo do lugar onde ela ocupa socialmente, o grau de dificuldade para a mudança pode ser hercúleo.

Voltando aos quadrinhos, em 2016 a fictícia Mulher-Maravilha (quem diria?!) foi nomeada Embaixadora Honorária para as Mulheres e Meninas pelas Nações Unidas, com a missão de dar visibilidade ao 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que busca alcançar a igualdade de gênero para as mulheres e meninas até 2030. Na ocasião, sub-secretária-geral para Comunicações e Informação Pública da ONU, Cristina Gallach, afirmou que “embora tenhamos alcançado progressos na igualdade de gênero em diversas partes do mundo, mulheres e meninas continuam a sofrer discriminação e violência.” Gallach destacou na ocasião que “a igualdade de gênero é um direito humano primordial e fundamental para um mundo mais pacífico, próspero e sustentável”.

E, enquanto ainda estamos longe de vivenciar àquela igualdade – apesar de todo o esforço de muitas e maravilhosas mulheres comuns (porém extraordinárias) – é necessário um constante e progressivo

fortalecimento (empowerment) do grupo feminino. Nesse contexto, talvez seja interessante que incorporássemos os aspectos de uma flor de lótus. Esta se caracteriza pela capacidade de manter a integridade e beleza em meio à lama, local onde ela nasce e vive. De um fundo lodoso ela floresce sobre a água, e à noite as suas pétalas se fecham e a flor submerge. Ao amanhecer, ela ressurge sobre a água. Uma flor associada ao renascimento, suas raízes fincadas na lama não comprometem a sua integridade, e por isso, ela simboliza a vitória diante das dificuldades do mundo.

Por fim, em se tratando da construção de um mundo mais justo e equânime, apostaria na ideia de que teremos um longo e árduo caminho pela frente, num movimento pendular de avanços e retrocessos para as mulheres e meninas, do Brasil ou do Mundo. Por isso, que nesse processo vindouro, sejamos, sobretudo, flor de lótus e mantenhamo-nos íntegras e fiéis a nós mesmas, em nossa força, nossa sororidade, nossa liberdade e nosso amor (próprio). Ah, e continuemos a falar sobre gênero.

DE JINGA DE ANGOLA A CONCEIÇÃO EVARISTO OS DESAFIOS AINDA EXISTENTES PARA A MULHERES NO TERCEIRO MILÊNIO

Renata Fabiana Santos Silva¹

*“A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade”.*

Conceição Evaristo

(Trecho de Vozes-Mulheres no livro “Poemas da recordação e outros movimentos”. Belo Horizonte: Nandyala, 2008).

¹ Procuradora do Estado da Bahia. Doutora em Direito pela Universidade de Sevilha (Espanha). Mestra em Direito Público pela Universidade de Sevilha (Espanha). Pós-graduada em Fundamentos de Direito Público Global pela Universidade Da Corunha. Membro do IBAP.

Jinga de Angola foi a soberana dos reinos de Matomba e Ndongo (África Central), no período de 1624 a 1663. Foi a primeira mulher a governar sobre aqueles domínios, além de ter sido o símbolo de força e resistência frente a ocupação portuguesa na África no século XVII. Segundo Renato Drummond Tapioca Neto, “Jinga não fez só da guerra um ofício, como também usou a religião e a arte da diplomacia para proteger seu povo”².

Não obstante, Jinga, em uma visão eurocentrada, foi descrita como uma “selvagem e degenerada”. A biógrafa de Jinga, Linda M. Heyhood, destaca que “apesar de seus feitos extraordinários e de seu reinado de décadas, comparável ao de Elizabeth I da Inglaterra, ela foi difamada por contemporâneos europeus e escritores posteriores que a acusaram de ser uma selvagem incivilizada que encarnava o pior do gênero feminino”³.

Portanto, seus méritos e conquistas foram invisibilizados e pouco notabilizados na história contada pelos colonizadores. Sob Jinga pendiam dois aspectos fundamentais: ser mulher em um mundo masculinizado e envolto em guerras e disputas; e ser negra em um sistema que marginalizava e subjugava o povo africano, considerando-o inferior e incivilizado. Neste cenário, Jinga jamais seria reconhecida como a líder e soberana que foi a sua época.

Mas será que esta é apenas a história de uma mulher africana do século XVII? As dificuldades e resistências enfrentadas por Jinga ainda são uma realidade para as mulheres do terceiro milênio? De fato, de Jinga para os dias de hoje, avançamos muito em relação ao

² Cfr. NETO TAPIOCA, Renato Drummond. *Jinga de Angola: a história da rainha guerreira que lutou contra a colonização – Parte I*. In: Rainhas Trágicas. Iaçú: 26 de julho de 2020. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2020/07/26/jinga-de-angola-a-historia-da-rainha-guerreira-que-conseguiu-deter-a-colonizacao-parte-i/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

³ Cfr. HEYHOOD, Linda M. *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*. MAIA SOARES, Pedro (trad.). São Paulo: Editora Todavia, 2019, p.6.

reconhecimento de direitos e liberdades para as mulheres, mas obstáculos ainda existem.

No dia 24 de fevereiro, por exemplo, completamos 92 anos da instituição do voto das mulheres, bem como da possibilidade de elas serem eleitas no Brasil⁴. Este foi um passo importante para a inserção da mulher no exercício dos direitos políticos, que até então era de gozo exclusivo dos homens em nosso país. Os direitos políticos não se exaurem apenas na oportunidade de escolha dos representantes, mas também inserem a possibilidade de ocupação dos espaços de representação política. E a representação política constitui hoje um dos grandes desafios para as mulheres.

É certo que temos diplomas legais que buscam assegurar a equidade de gênero na política, a exemplo da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabeleceu que cada partido ou coligação deve preencher no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo. Não obstante, a sub-representação das mulheres persiste, como se verifica no estudo realizado pela ONU Mulheres referente as eleições municipais do ano de 2020⁵.

Em 2021, como mais uma forma de garantir o exercício dos direitos políticos das mulheres, foi editada a Lei Federal nº 14.192, de 04 de agosto, que além de buscar assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais, também busca prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. No mesmo ano foi promulgada a Emenda Constitucional nº 111, de 21 de setembro que estabelece em seu art. 2º: “Para fins de distribuição entre os partidos

⁴ A instituição do voto das mulheres no Brasil ocorreu com a edição do Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932.

⁵ ONU MULHERES. *#Violência Não. Pelos direitos políticos das Mulheres*. ONU MULHERES BRASIL. Março/Abril 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125711-onu-mulheres-publica%C3%A7%C3%A3o-analisa-participa%C3%A7%C3%A3o-e-obst%C3%A1culos-das-mulheres-nas-elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

políticos dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatos mulheres ou candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro”. Esta alteração constitucional busca ampliar a participação de mulheres e negros nos pleitos eleitorais e por consequência viabilizar o aumento da representação destas categorias.

Diversos são os fatores que podem levar a esta baixa representatividade⁶, mas a violência política, relacionada ao gênero, pode ser apontada como um dos principais motivos para o afastamento da mulher da representação política em nosso país. A situação torna-se mais aguda, quando se adiciona outros marcadores sociais, como a raça, classe social e sexualidade⁷.

Portanto, o pleno exercício dos direitos políticos ainda é um desafio enorme para as mulheres brasileiras no terceiro milênio.

A violência, em suas diversas formas, tão presente no universo de Jinga, não deixou de ser uma realidade para as mulheres da contemporaneidade. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas que busca criar um plano de ação para as pessoas e o planeta até

⁶ Sobre o tema vide: OLIVEIRA, Adna Gomes. *Representação política e mulheres no Brasil: sub-representação feminina e a efetividade da cota eleitoral da lei 9.504/97*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 06, Vol. 05, pp. 102-142. Junho de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/mulheres-no-brasil>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/mulheres-no-brasil.

⁷ A combinação das distintas identidades pode ocasionar em desigualdades e reforçar os processos de discriminação e exclusão, daí a necessidade de se abordar a interseccionalidade. Segundo CRENSHAW, “a interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Significa dizer que a sobreposição de formas de subordinação implicam em uma nova configuração social, não apenas em um somatório de discriminação e exclusão. Cfr. CRENSHAW, Kimberle W. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. In: Estudos Feministas, ano 10, nº 1, 2002, p. 177.

2030, traz como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a igualdade de gênero (ODS 5).

Por meio do ODS 5 busca-se “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e para isso é estabelecido um conjunto de metas que se espera alcançar até 2030. Uma das metas estabelecidas para este ODS é justamente a eliminação todas as formas de violência contra meninas e mulheres. Dados da OMS indicam que quase um terço das mulheres de todo o planeta que estiveram em um relacionamento sofreram violência física ou sexual por parte de seu parceiro⁸. Além da violência perpetrada pelo parceiro, ainda segundo a OMS, 7% das mulheres do mundo relatam terem sido assediadas sexualmente por terceiros⁹.

No Brasil, os dados referentes a violência contra a mulher também são alarmantes. Mesmo após dezessete anos de vigência da Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), a violência contra a mulher é uma realidade dura e cruel. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2023 aponta o aumento de todos os indicadores de violência doméstica, bem como das demais modalidades de violência contra a mulher¹⁰. Estas cifras são mais duras ao considerar o marcador raça/cor das mulheres vítimas de violência letal. O percentual de mulheres negras vitimadas chega a 68,9% dos casos.

No ano de 2023 foram editadas algumas normas que buscam debelar esta triste realidade, a exemplo da Lei Federal nº 14.540,

⁸ Vid. OPAS. Violência contra as mulheres. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

⁹ Vid. OPAS. Violência contra as mulheres. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

¹⁰ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

de 03 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e a violência sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal; e da Lei Federal nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023, que cria o Protocolo “Não é Não”.

Estas iniciativas legislativas podem contribuir para a redução da violência contra mulher, mas precisam ser acompanhadas de políticas públicas consistentes que as efetivem. A simples edição de normas não é capaz de mudar uma estrutura social que ainda possui fortes bases no patriarcado. O Estado e a sociedade precisam investir em educação e informação para que de fato tenhamos a sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme dispõe o preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

A invisibilidade dos feitos de Jinga, perpetrada pela história contada pelos colonizadores, é algo que também alcança diversos capítulos da história brasileira, sobretudo no que se refere às mulheres negras, mestiças e indígenas. Maria Felipa de Oliveira¹¹, por exemplo, mulher negra, pescadora e heroína da Independência da Bahia, é uma destas personagens invisibilizadas em nossa história. É certo que hoje existe um esforço para comunicar o protagonismo de Maria Felipa na luta pela consolidação da Independência.

O reconhecimento é algo que ainda custa às mulheres nos dias atuais, sobretudo para aquelas que ostentam outros marcadores sociais. Determinados espaços na sociedade brasileira são quase que inalcançáveis a esta categoria. Podemos citar dois episódios emblemáticos, que ilustram esta dificuldade. O primeiro deles foi a sucessão da Ministra Rosa Weber, em que se clamou pela indicação de

¹¹ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Maria Felipa de Oliveira – Uma heroína da Independência. Brasília: MAST, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/maria-felipa-de-oliveira-uma-heroína-da-independência>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

uma mulher e negra¹². Desafortunadamente, as mulheres assistiram a redução da sua representação na Suprema Corte Nacional, o que impacta diretamente no oferecimento de uma perspectiva feminina na apreciação dos casos submetidos a Corte Constitucional. Cabe lembrar das pautas que alcançam as mulheres, como a descriminalização do aborto, que estão pendentes de julgamento e serão definidas por homens. O segundo foi vivenciado pela escritora e poetisa brasileira Conceição Evaristo, ganhadora do Prêmio Jabuti de 2015, com a obra “Olhos D’água”. A campanha promovida pelas redes sociais e pela mídia, bem como a sua trajetória literária não foram suficientes para torná-la imortal da Academia Brasileira de Letras¹³.

Infelizmente, a história de Jinga, de certo modo, é repetida com o transpassar dos séculos, com matizes e alegorias diferentes, mas trazem à tona a contínua luta das mulheres por direitos, liberdades e, também, por reconhecimento. Em Angola, a figura de Jinga ressurge na segunda metade do século XX, no contexto do movimento independentista, como heroína nacional que personificava a luta anticolonial. Segundo Linda M. Heyhood, a história de Jinga “revela temas maiores de gênero, poder, religião, liderança, colonialismo e resistência”¹⁴.

Que a força e a referência ancestral de mulheres como Jinga, Maria Felipa, Nésia Floresta, Joana Angélica, Maria Quitéria, Conceição Evaristo e tantas outras nos conduza ao transpasso dos

¹² BRAUN, Júlia. Sem nova ministra mulher, STF brasileiro se tornará segundo mais desigual da América Latina. 03 de outubro de 2023. São Paulo: BBC NEWS BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy7115lnelgo>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

¹³ CAMPOS, Mateus; BIANCHI, Paula. Conceição Evaristo: Ela seria a primeira escritora negra da Academia Brasileira de Letras. Mesmo com a maior campanha popular da história, perdeu. 30 de agosto de 2018. INTERCEPT BRASIL. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

¹⁴ Cfr. HEYHOOD, Linda M. Jinga de Angola: A rainha guerreira da África. MAIA SOARES, Pedro (trad.). São Paulo: Editora Todavia, 2019, p.6.

desafios aqui apresentados. Oxalá que muito brevemente possamos celebrar os novos avanços e a efetiva promoção da equidade de gênero nos diversos âmbitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUN, Júlia. Sem nova ministra mulher, STF brasileiro se tornará segundo mais desigual da América Latina. 03 de outubro de 2023. São Paulo: BBC NEWS BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy7115lnelgo>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Maria Felipa de Oliveira – Uma heroína da Independência. Brasília: MAST, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/maria-felipa-de-oliveira-uma-heroína-da-independência>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

CAMPOS, Mateus; BIANCHI, Paula. Conceição Evaristo: Ela seria a primeira escritora negra da Academia Brasileira de Letras. Mesmo com a maior campanha popular da história, perdeu. 30 de agosto de 2018. INTERCEPT BRASIL. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

CRENSHAW, Kimberle W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: Estudos Feministas, ano 10, nº 1, 2002, pp. 171-188.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org>.

br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

HEYHOOD, Linda M. Jinga de Angola: A rainha guerreira da África. MAIA SOARES, Pedro (trad.). São Paulo: Editora Todavia, 2019.

NETO TAPIOCA, Renato Drummond. Jinga de Angola: a história da rainha guerreira que lutou contra a colonização – Parte I. In: Rainhas Trágicas. Iaçú: 26 de julho de 2020. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2020/07/26/jinga-de-angola-a-historia-da-rainha-guerreira-que-conseguiu-deter-a-colonizacao-parte-i/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

OLIVEIRA, Adna Gomes. Representação política e mulheres no Brasil: sub-representação feminina e a efetividade da cota eleitoral da lei 9.504/97. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 06, Vol. 05, pp. 102-142. Junho de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/mulheres-no-brasil>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/mulheres-no-brasil.

ONU MULHERES. #Violência Não. Pelos direitos políticos das Mulheres. ONU MULHERES BRASIL. Março/Abril 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125711-onu-mulheres-publica%C3%A7%C3%A3o-analisa-participa%C3%A7%C3%A3o-e-obst%C3%A1culos-das-mulheres-nas-elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

OPAS. Violência contra as mulheres. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

RACHEL DE QUEIROZ E A ESCRITA FEMININA NA LITERATURA BRASILEIRA

Sheila Cavalcante Pitombeira¹

A “série de autoria feminina”, da Revista PUB Diálogos Interdisciplinares, uma iniciativa do Escritor e Professor Guilherme Purvin, sócio fundador da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil – APRODAB, e do Instituto Brasileiro da Advocacia Pública – IBAP, objetiva realçar a escrita feminina, nas diversas perspectivas de interesse das autoras participantes, como um gesto político de homenagear as Mulheres.

Assim, não poderia deixar de aceitar o convite e participar dessa homenagem, desse momento. Mas, agora, na hora de me desincumbir dessa instigante tarefa, inclusive falando sobre a escritora Rachel de Queiroz, que admiro e me deleita, nem sei por onde começar. Não é fácil escrever, falar sobre quem se reverencia.

¹ Coordenadora-Geral da Associação de Professores de Direito Ambiental do Brasil – APRODAB, Associada do Instituto Brasileiro da Advocacia Pública – IBAP, Procuradora de Justiça do Estado do Ceará, Professora e Pesquisadora da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Professora Emérita da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, em 17 de novembro de 1910², tendo vivido em Quixadá, Município localizado no sertão central cearense³, onde testemunhou os desdobramentos das agruras sofridas pela população sertaneja na seca de 1915⁴ e para onde sempre retornava, passando temporadas na Fazenda Não me Deixes⁵ após fixar morada na cidade do Rio de Janeiro. Faleceu em 4 de novembro de 2003 no Rio de Janeiro. Foi a primeira escritora a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 4 de agosto de 1977⁶, e a primeira escritora a receber o Prêmio Camões de Literatura, em 1993⁷, dentre outros títulos e homenagens recebidas.

Dois anos após concluir o Curso Normal, cuja diplomação ocorreu em 1925 no Colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza, período retratado no livro “As Três Marias”, Rachel de Queiroz estreou como cronista no Jornal O Ceará, com o pseudônimo de Rita de Queiroz (1927).

Em 1930, com apenas 20 anos, publicou o romance “O Quinze”⁸ onde retrata a realidade socioeconômica do sertão cearense afligido

² Academia Brasileira de Letras – ABL. Rachel de Queiroz, Biografia. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/biografia>. Acesso em 10 maio 2023.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Biblioteca, Catálogo. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=438583>. Acesso em 29 fev 2024.

⁴ Livro virtual Coleção Mossoroense. Livro das Secas, Disponível em <https://co-lecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/11%C2%BA-LIVRO-DAS-SECAS.pdf>. (p 3 – 133). Acesso em 21 abr 2015)

⁵ Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio e dos Recursos Naturais Renováveis, PORTARIA N9 37-N, DE 16 DE ABRIL DE 1999, reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural a Fazenda Não me Deixes. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/05/12/CE_RPPN_fAZENDA_%C3%91_ME_Deixes.pdf. Acesso em 5 maio de 2023.

⁶ ABL (citada).

⁷ Biblioteca Nacional. Prêmio Camões de Literatura. Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/explore/premios-literarios/premio-camoes-literatura>. Acesso em 29 fev 2024.

⁸ QUEIROZ, Raquel. O Quinze. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

pela seca mais severa ocorrida no primeiro quartel do século XX⁹. A narrativa do romance tem uma linguagem direta na abordagem do cenário da seca e suas consequências no sertão e na cidade¹⁰.

A seca, com a consequente falta d'água, resulta na morte dos animais por sede e fome, na perda dos produtos cultivados (feijão, mandioca, milho, algodão etc.), no desemprego e desamparo das famílias, inclusive das que eram agregadas às grandes propriedades, cujos donos, a exemplo de Dona Maroca (O Quinze)¹¹, “abria as porteiras do curral” e os agregados que ganhassem o mundo porque não haveria mais serviço para ninguém.

No livro, essa estrutura social e a reprodução desse cenário são sensivelmente percebidos pela personagem Conceição, protagonista da obra. Uma jovem professora, filha e neta de grandes proprietários de terra em Quixadá, que toma consciência da perversa realidade de produção agrícola no sertão e do sistema patriarcal dominante. Não obstante essa realidade, busca um lugar, o seu lugar nesse circuito entre o sertão e a cidade, de modo a não ser subjugada pelo sistema nem constrangida a condicionar seus interesses, inclusive de trabalhar, estudar e participar da vida pública, aos interesses e vontades de um marido.

⁹ Segundo registros históricos da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH (online), antes da seca de 1915 (século XX), ocorreu uma anterior em 1900. Há, igualmente registros de secas no período colonial 1777/1779, e durante o Império, 1877/1879. Histórico. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/historico/#:~:text=Foram%20muitos%20per%C3%ADodos%20de%20seca,%2D03%3B%202012%2D16>. Acesso em 1 mar 2024. Todavia, há registros de outros períodos.

¹⁰ As cidades no interior do Estado nem a capital, Fortaleza, não tinham estrutura para receber expressivos contingentes de gente. De acordo com Neves (1995) Frederico de Castro o “curral do governo” chegou a receber mais de oito mil retirantes. NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: Os campos de concentração no Ceará (1915 – 1932). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, p. 93-122, 1995.

¹¹ QUEIROZ, Rachel (op. cit.)

A estória é contada a partir dos diálogos entre os personagens, com uso de expressões regionais segundo o jeito local de falar e externar suas angústias, sentimentos e anseios. Pelo relato, na ocorrência da seca, o agregado, arrendatário, vaqueiro, trabalhador livre ou o pequeno proprietário eram todos retirados do seu lugar em face da nova realidade: falta de água, comida, trabalho e condições mínimas de permanecer na moradia. Tornavam-se, assim, retirantes da seca em busca de uma opção de sobrevivência na cidade, onde não eram bem vistos, não eram acolhidos, nem mereciam transitar. Deveriam ficar concentrados¹² nos arredores da cidade, onde eram vigiados e as saídas do local somente ocorriam quando chamados ou indicados para as frentes de trabalho¹³.

No romance, a família do vaqueiro Chico Bento (Cordulina, a mulher, e os filhos Pedro, Josias e Manuel – Duquinha, afilhado de Conceição) conduz a narrativa das agruras sofridas, na condição de retirantes famintos, no périplo entre Quixadá e Fortaleza. Ao longo da jornada há a perda do filho Josias, que morre por envenenamento alimentar (raiz de mandioca crua), o sumiço do outro filho, Pedro, que se perde da família e segue com outro grupo de retirantes. Por fim, a chegada em Fortaleza, sendo o trio encaminhado para o campo de concentração, nas proximidades da Estação de trem, no lugar denominado Alagadiço¹⁴, atual bairro de São Gerardo, em Fortaleza. Lá reencontram Conceição¹⁵ que os ajuda a seguir para São Paulo em

¹² BIBLIOTECA NACIONAL – (BN-RJ). Hemeroteca Digital. BARROSO, Benjamim. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros. Fortaleza, 1915, p. 7-9. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/720372/per720372_1915_00001.pdf. Acesso em 10 maio 2023.

¹³ MELO, Leda Agnes Simões de et al. Os indesejados da seca: a imagem do sertanejo desde as narrativas da Revista do Instituto do Ceará ao Campo de Concentração do Alagadiço (1887-1915). *Revista Maracanan*, n. 26, p. 259 – 280, jan – abr, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/54435/36868>. Acesso 01 mar 2024.

¹⁴ MELO (*op. cit.*)

¹⁵ QUEIROZ, Raquel. (*op. cit.*).

busca de melhores condições de vida. Com ela, madrinha, deixam o terceiro filho, Duquinha.

Oportuno lembrar que essa personagem, Conceição, como as personagens Marias da obra da escritora: *As três Marias*, 1939 (Maria Augusta); *Beata Maria do Egito* (peça em três atos e quadros, 1958; *Dôra, Doralina*, 1975 (Maria das Dôres); e *Memorial de Maria Moura*, 1992, todas elas acreditam no direito de preservação de sua identidade feminina independente de uma tutela patriarcal. E todas buscam sua independência no contexto social e lutam por conduzir sua história segundo suas crenças e os valores que acreditam. Essa perspectiva feminina na obra de Rachel de Queiroz, segundo Oliveira (2012)¹⁶, não só consolida a autoria feminina na literatura brasileira, mais que isso, evidencia o seu papel preponderante nessa consolidação.

Com efeito, o primeiro romance da escritora cearense, ainda tão jovem, evidencia um grande talento literário não só pela construção da estória. Também, por fazê-lo de modo a demonstrar, na verdade denunciar nesse enredo, questões tão relevantes e diversas como a seca, um evento climático, a desigualdade social e regional ignorada, o preconceito com os flagelados da seca e a desigualdade de gênero. A maestria nessa composição demonstra, ainda, que esse talento tem compromisso com a realidade nordestina-sertaneja, com sua terra, sua gente, como pode ser constatado, inclusive, na reprodução da paisagem do sertão, dos atavismos culturais da região¹⁷, na

¹⁶ OLIVEIRA, Maria Eveuma *et alli*. **Rachel de Queiroz: uma mulher à frente de seu tempo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – Alagoí-nhas, v. 2, n. 1, jan./jun. p. 203 – 215, 2012.

¹⁷ A crença de que o dia de São José, 9 de março, padroeiro do Ceará, será um indicativo para a quadra chuvosa, se chover no dia haverá chuva com certeza, se não chover poderá haver seca: ‘ - E nem chove, hein, Mãe Nácia? Já chegou o fim do mês... Nem por você fazer tanta novena... Dona Inácia levantou para o telhado os olhos confiantes:- Tenho fé em São José que ainda chove! Tem-se visto inverno começar até em abril (Queiroz, *op. cit.*)

abordagem da problemática da seca e o temor de sua ocorrência para o sertanejo, ante a incerteza que se instala para o futuro.

Assim, se um clássico da literatura deve, a um só tempo, retratar os valores e circunstâncias de um período e evidenciar que esses valores e circunstâncias ainda se apresentam atuais, pode-se dizer que o romance *O Quinze* guarda esse *status* na literatura brasileira. Nesse contexto, sua autora, a escritora Rachel de Queiroz, não só consegue transportar o leitor para a magia de sua narrativa, instigando-o à análise crítica em torno desses valores intertemporais, como eleva a escrita feminina a um patamar de destaque nacional e internacional.

CONTOS E CRÔNICAS

DOIS SÉCULOS

Ercilene Vita¹

“Me enterre longe de seu pai.” A voz suave se fazia ouvir na memória do homem que tinha aprendido ao longo da vida a confiar mais nessa voz do que em qualquer outra coisa nesse mundo.

Chovia. Uma chuva forte e densa, que tinha derrubado a ponte que dava passagem para a cidade vizinha. “Me enterre longe de seu pai.” Não bastava a dor de ter visto a dona da voz estendida em um caixão, não bastava. Estendida no caixão a voz em que ele mais confiava. Perdida para sempre. Não. Ele ainda teria que transportá-la imóvel para sempre, para longe. Ao menos a ponto de o corpo dela nunca mais ficar perto do corpo de seu pai. Mas não bastava. Estava sozinho, sob a chuva, um caixão amarrado na charrete, o pequeno rio, a ponte arrebentada e a voz.

Lembrou dos olhos dela. Abertos. Explicando a ele o que fazer com suas roupas quando tinha ido para São Paulo pela primeira

¹ Professora, tradutora e autora do livro “Mar de palavras-chave: domínio e estranhamento em Língua Portuguesa”, que será publicado ainda neste ano (2024) pela Editora Mercado de Letras. Também é doutora em Linguagem e Educação pela FEUSP. Seu conto “Dois séculos” foi inicialmente publicado em 2020, em uma edição especial da Revista Fluxo, dedicada ao feminismo.

vez estudar, como guardá-las na mala, dobrá-las, depois passá-las. Explicando a ele como olhar para as plantas do quintal, qual usar para as dores de uma noite de insônia, para as dores do fígado, para um corte. Desde pequeno via o mundo pelos olhos dela, as cores, os cobertores que ela tecia tão coloridos, os carneiros que ela tosava, de que tirava a lã que depois ia ser tingida e tecida nos cobertores. Ela o esquentava. Sempre o esquentou e ele agora, diante do mandamento materno, sentia-se dilacerado pelo frio da noite. Chovia e chorava. Ela sempre o havia acolhido em seu choro ainda que ele o dissimulasse várias vezes:

— Venha, Alcides. Eu lhe conheço mais que qualquer ser nessa terra. Venha.

Onde agora? Onde agora seria acolhido? “Longe de seu pai”. Sua mãe era forte como o carvalho que algum ancestral havia plantado. Era o que ele achava, menino. “Sou eu que vou lhe passar o mundo, eu sei”. E era assim. Agora ainda estranhamente assim, no meio do breu ele não tinha medo de fantasmas, de ladrões, de assassinos. Ela estava lá ainda. Ao menos era o que preferia crer. Pensou em voltar atrás. Não conseguiu. Talvez alguém passasse por lá, e não se assustasse com a visão da charrete. Talvez uma pequena embarcação. No meio do escuro, tentou ver alguma canoa. Nenhuma. Talvez de manhã, alguém passasse e o ajudasse. De cansaço, pois não havia dormido na noite anterior, dormiu uma hora ao lado do corpo. Sonhou. A sensação de ter dois corações, o da mãe também dentro de seu peito. Não respirava direito. Acordou.

No dia da morte dela, precisou brigar com o padre, com o prefeito da pequena cidade, com as beatas. Todos eles conformes às leis do mais cômodo. Como era o único filho, sua vontade prevaleceu. Ameaçou-os, acusando-os de não respeitar a vontade da morta. Amaldiçoou-os. Mas depois das rezas, da verificação do médico, do não-lugar que para ele se abria, precisava sair da cidade o mais cedo possível. “Me enterre longe”. Ela é a voz que move o mundo. Ela fazia

vir livros de longe, de além-mar. Lia melhor que o padre, que o prefeito, que o marido. Sabia mais. Fazia seus cordiais com que curava Alcides. Sua busca por remédios começou quando perdeu o gêmeo de seu agora único filho. Nunca mais iam tirá-lo dela, como fizeram com o outro. O médico que não sabia das dores do corpo, o marido que não sabia das dores do parto, o padre que não sabia das dores da alma, o prefeito que não sabia de cidadania. Ela também não sabia, mas era capaz de intuí-la, apesar de seu casamento quase que infantil, com um homem bem mais velho, incapaz de entendê-la, apesar do casamento arranjado entre as famílias com um primo mal conhecido, apesar de não ter podido ser médica porque era mulher naquele Brasil de longa data, de matos, engatado em ré de onde vinha e tinha vivido sua infância de menina prometida. Apesar de. Tinha conseguido brigar com o padre e esconjurá-lo, cuidar dos escravos abandonados que via pelas ruas da cidade, salvar a perna de um sobrinho que ia ser amputada pelo médico. “Deixem esse menino seis meses comigo, se eu não der jeito, podem amputar”. Deixaram. Com seus cordiais, o seu cuidado, salvou-o. Também tinha conseguido ficar longe do marido, indo para uma casa antiga da família, abandonada. Tinha conseguido criar seu filho, carregado nas costas, quando trabalhava, ele que agora a carregava. Os pensamentos de Alcides pesavam na noite tanto quanto um corpo. Alcides tinha agora duas cargas. Que sempre o constituíram. Que paradoxais o levantavam. Dava-se conta delas, de modo súbito. Um colo e um desamparo. O que fazer para realizar seu último desejo? Era o discurso dela que seguia. Um norte. Um caminho, um carinho, uma vida. Ninguém soube lhe dar tanta vida quanto ela, quase tão alta quanto ele, os olhos negros refletindo o escuro, o breu em que ele agora se via. Ele era o discurso dela em pé. Suas palavras e seus dias. Seguia. Tendo brigado com o padre, com o resto não tão próximo da família, com o prefeito, com as beatas. Seguia. Seguiu altivo até o rio. E amaldiçoou os deuses quando viu a ponte quebrada. Conhecia bem o rio. Tinha que

enterrá-la do outro lado, o cemitério da cidade vizinha, não aquele em estava o corpo de seu pai morto há uns vinte anos. Não aquele.

Fez cálculos, a parte mais baixa do rio, conhecia. Depois de ter pensando em voltar, em desistir, em consertar a ponte, sozinho, depois de esperar alguém chegar, depois de tanto esperar, pensou em se arriscar e atravessar a nado, com o cavalo, a charrete, o caixão. Pensou em um acidente, pensou em perdê-la como um barco que parte. Não suportaria. Decidiu esperar o dia amanhecer. Dormiu mais uma vez, abraçado.

Acordou de manhã aos sobressaltos. Olhos e um rosto escuro o fixavam de perto. Sentiu a respiração próxima, acre. Que depois veio com um sorriso. Era um liberto, o velho Julião, que havia sido cuidado por sua mãe quando ainda vivia na rua, abandonado. Desde então, havia se enfiado no mato. Sozinho. Sem querer a proximidade daqueles que o haviam escravizado. Havia escutado o choro no meio da noite, mas não quis se aproximar. Com a luz do dia, teve mais coragem. Viu o homem, já conhecido e percebeu a tragédia. Alcides lhe contou o que havia acontecido. O grande medo da mãe de passar, assim seria?, o resto da eternidade ao lado de quem não queria. Imediatamente se puseram a tentar encontrar uma forma de atravessar o rio. Caminharam até uma margem mais estreita. O dia dava ideias e uma certa esperança.

“Sou eu que lhe mostro o mundo”. Seu pai mandava, fazia absurdos, desperdiçava dinheiro, bebia, era cruel e despertava medo. Mas seu discurso não ficava entranhado em sua pele como o dela. “Sou eu que lhe mostro o mundo”.

Acharam o mais estreito do rio, e a parte mais rasa. Finalmente chegados lá, apressaram-se em desatrelar o cavalo, desceram o caixão da charrete e conduziram os dois pelo rio. Nas ondas da correnteza, na diagonal, o caixão atrelado ao cavalo, apoiado pelos homens que quase caíram, engoliram água, se embarream. O cavalo andando

devagar, guiado pelo dono. Julião atrás, de vigia, impedindo a queda. Preciso.

Quando chegaram ao outro lado da margem, desatrelaram o caixão do cavalo. Quase não mais se equilibrava. Decidiram levá-lo nos ombros pela estrada, o cavalo ao lado. O peso quase não existia. Seguiam. Altivos, irmanados. Eram dois homens livres dando vez à liberdade.

UM ENCONTRO NAS ALTURAS

Maria Luiza Grabner¹

Um voo longo São Paulo-Lisboa me levaria a um encontro para lá de inusitado. Eu pensava, e por isso não dormia, nas aulas a serem dadas no curso de Cooperação Jurídica entre Magistrados do Brasil e São Tomé e Príncipe, África insular, meu destino. A luz fraca do avião, a travessia escura sobre o Atlântico, não impediam que eu devorasse o livro da ambientalista Mary Robinson sobre Justiça Climática, tema importante a ser desenvolvido em nosso curso em São Tomé. Mesmo procurando apreender toda a complexidade da expressão “justiça climática”, a leitura corria solta, apesar do cansaço físico natural. A adrenalina que inundava meu corpo, antevendo a próxima etapa dessa longa viagem até o continente africano, me mantinha alerta, lúcida.

Nosso voo seguia sem sobressaltos. Ao meu redor o silêncio e a escuridão predominavam. A maioria dos passageiros dormia, com exceção de uma passageira sentada na mesma fileira: três poltronas vagas nos separavam. Em algum momento me dei conta de que ela não mais dormia. Nossos olhos se encontraram e ela, sorrindo,

¹ Procuradora Regional da República da 3a Região – MPF

perguntou curiosa: o que está lendo? E eu lhe disse o nome do livro e da autora e o quanto estava apreciando aquela leitura. Justiça climática ou (In)justiça climática, falei com ironia para lhe dar uma ideia do tema tratado. Durante esse início de conversa tentei observar o seu sotaque. Não soube dizer num primeiro momento se era português de Portugal ou do Brasil. E não quis ser indelicada fazendo muitas perguntas. Nossa prosa correu com desenvoltura pois, além do gosto pela leitura, tínhamos vários outros em comum: viagens, história, poesia, arte, cultura, música, e a conexão Brasil-Portugal-África! Ela me disse ser apaixonada por Lisboa. Passa um tempo no Brasil e outro em Portugal. Na África me contou conhecer Angola, Guiné-Bissau. E São Tomé e Príncipe, perguntei eu? Não conhecia. Imperdível acrescentei, com a segurança de quem já estivera por duas vezes em território santomense e a caminho de terceira Missão de Cooperação naquele país. E rematei: “eles têm o melhor chocolate do mundo!” o que na minha opinião torna aquele país imbatível na minha escala de “melhores” para se visitar.

Mas ainda não sabia quem era minha interlocutora! Resolvemos nos apresentar. Ela, uma artista, com o dom da palavra e dos gestos, mas também compositora e diretora de teatro e musicais. Apresentara-se tanto no Brasil, quanto em Portugal e também em outros países. Uma cidadã do mundo, entusiasmada e curiosa para aprender até sobre Justiça Climática! Disse-me que procuraria o livro na Fenac de Lisboa tão logo chegássemos. Também me contou que foi a responsável pela prosódia das falas indígena e africana da série “Independências”, produzida por uma TV brasileira. Que maravilha! Ela gosta do Brasil e se interessa pela história e destino de seus povos originários e das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Naquele espaço-tempo de um voo intercontinental tivemos um encontro de almas. Foi tão bonito e é tão raro que resolvi contar essa história. Desfilaram também pela nossa galeria improvisada,

Fernando Pessoa, Saramago, Carlos Drumond de Andrade, Manoel Bandeira, Walter Hugo Mãe, Mia Couto, Paulina Chiziane, e outros.

Mas um voo tão curto quanto o de São Paulo-Lisboa não permitiria o exaurimento de tantas pautas interessantes. E ainda havia a “justiça climática”, esquecida no meio do turbilhão de evocações e afinidades. Quando descobri o interesse da minha interlocutora pelas comunidades tradicionais, me aventurei a contar-lhe como os conhecimentos tradicionais podem apontar caminhos para o enfrentamento da emergência climática. Isso é sabido por quem interage com essas comunidades e seus modos de viver no Brasil. Mas o livro da Mary Robinson traz exemplos do mundo inteiro onde tais conhecimentos mostram-se essenciais para a adaptação a esse novo cenário ambiental mundial.

O retorno, pelos esquimós, ao modo tradicional de transporte sobre o gelo um trenó puxado por cães em substituição aos modernos trenós motorizados ou elétricos, é um exemplo desse resgate histórico em algumas regiões. Com a camada de gelo tornando-se mais fina em face do aquecimento global, os acidentes por mortes em decorrência do gelo que se quebra durante a passagem do trenó, passa a ser evitado pelos cães que conhecem e sabem por instinto o caminho mais seguro a percorrer. Surpreendente!

E o recorte de gênero, trazido pela autora, ao constatar a importância das mulheres ao redor do mundo e, em especial, nos países mais pobres, na luta pela preservação ambiental e pela adaptação às mudanças climáticas? Enfrentamento esse que se dá de forma organizada, por meio da formação de associações e comissões, num movimento potente de liderança e emancipação. No Brasil, pontuo, temos associações de mulheres indígenas bem como a liderança de mulheres quilombolas e de outras comunidades tradicionais em todo o país, que fazem a diferença na luta pela hígidez de seus territórios ancestrais.

Enfim estávamos, após o relato desses casos, eu, empolgada pela confirmação da minha percepção resultante da experiência profissional com povos originários e comunidades tradicionais, e minha interlocutora encantada com o protagonismo das mulheres principalmente nos locais mais pobres e, não por acaso, os mais atingidos pelos eventos climáticos extremos em decorrência do aquecimento global. Ou seja, as condições extremas de clima atingem as pessoas de maneira desigual, especialmente os grupos mais vulneráveis, como as populações mais pobres, os grupos racializados, as mulheres e crianças, transcendendo a questão puramente ambiental para se enquadrar numa perspectiva política e ética. A Justiça climática busca assim superar a desigualdade estrutural violadora dos direitos humanos dessas coletividades por meio de uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades no enfrentamento da crise climática mundial.

Dito isso, a artista apressou-se a anotar o nome da autora e o título do livro. Aproveitamos para trocar nossos endereços de e-mails e números de celular e whatsapp. O comandante do avião anunciou a aproximação da cidade de Lisboa e os procedimentos para a aterrissagem. Fechei o livro e pensei: será que ela vai manter contato? Uma experiência tão significativa em plenos ares não poderia terminar assim. E não terminou. Passadas algumas semanas, enviou-me por whatsapp um vídeo lindo onde interpreta uma morna de Cabo Verde. Agora fiquei sabendo que ela voltou ao Brasil. Na verdade é brasileira e, proximamente vamos nos encontrar num Sarau em São Paulo onde a artista levará/revelará, como ela diz, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa. E eu pretendo lhe dar de lembrança uma máscara de carnaval feita por um artesão nas ruas de Paraty, cidade que ela não conhece mas já estamos planejando um encontro na próxima FLIP. Como ela diria: Viva Vida! Vida Viva! Beijares e abraçares.

SÚBITO

Marina Yukawa¹

Tomava o metrô como em todos os dias. Estava cheio, o que não é surpresa nenhuma, mas felizmente tinha lugar para me segurar contra os solavancos e arrancadas bruscos. Desceria logo, de qualquer forma, e não tinha intenção de me sentar. A temperatura perto das portas é mais agradável pela proximidade do ar-condicionado. Era cedo, mas já estava quente na rua, muito muito quente, e eu tentava equilibrar minha temperatura corporal com a do ambiente subterrâneo tão hermeticamente fechado em que estava. Sentia o suor escorrer pelas costas, entretanto, e minhas mãos escorregavam pelo apoio de metal, procurando a parte ainda fresquinha para agarrar. Me equilibrava passando o peso do corpo de um pé a outro como numa dança desengonçada e cansada. Ainda sentia o resquício do sono mal dormido nos olhos e o temor pelo dia que tendia a ser longo demais.

Demorei a perceber que o homem a minha frente me encarava com curiosidade. Tentei não me importar demais, apesar do

¹ Jornalista formada em 2017 pela ECA-USP, vencedora de várias edições do Concurso Literário da Revista PUB – Diálogos Interdisciplinares e associada do IBAP.

constrangimento, pois sabia que estava, inevitavelmente, dentro do seu campo de visão. Mas então a mulher ao lado dele voltou seus olhos para mim com a mesma insistência e temi que estivesse com a roupa vestida do avesso, ou pior, me esquecido de vestir qualquer roupa, como naqueles pesadelos de adolescente. O máximo que poderia ter de errado comigo, visivelmente, era o cabelo desgrenhado e mal penteado. Quando uma terceira pessoa, a mulher ao meu lado, se virou para me encarar, eu a encarei de volta. O que há?, eu perguntei, mas só com o olhar. Minha garganta estava seca, incapaz de dizer qualquer coisa. Ela me cutucou, como se ainda não tivesse minha atenção por completo, e depois apontou para a televisãozinha do vagão, que fica no alto das cabeças das pessoas sentadas, que também começavam a prestar atenção em nós. Eu nunca reparo nessas telinhas do metrô que ficam repetindo manchetes pela metade, avisos, orientações e também propaganda. É como se estivessem sempre à margem de mim. Mas ali, aquela mulher me apontou a tela e eu levantei os olhos para ver.

— Não é você ali na foto, moça? No anúncio de pessoas desaparecidas?

Eu me lembro da foto. Uma foto que meu ex tirou, numa época em que ainda estávamos bem. Eu quase nunca me permito fotografar de frente, de rosto, como naquela foto, mas ele me pegou de surpresa enquanto esperávamos nossa refeição em um restaurante. Olhei diretamente para câmera, ou melhor, para ele, e ele me capturou numa fração de segundo. Eu ri, pedi que me mostrasse a foto, que não ficou ruim. Ficou bastante boa, na verdade, tanto que a usei no perfil de minhas redes sociais até que nos separamos sem chance de volta. Devido a isso, muita gente me conhece virtualmente apenas por aquela foto. Vê-la ali, circulando na programação da tv do metrô, como retrato de uma pessoa desaparecida, me trouxe um aperto intenso e dolorido no peito. Um tipo de descolamento.

As pessoas próximas começaram a reparar na foto da tv, comparando aquela pessoa perdida a mim. Cochichavam entre si, voltavam o olhar da tv para mim o tempo todo. Me cercavam com cautela, devagar, mas constantemente. Estava disposta a dizer que era só alguém muito parecido comigo, que meu nome não era o que estava escrito ali, que devia ser uma coincidência... estava disposta a me negar para que parassem de me olhar e seguissem com suas vidas, mas nem eu acreditava na mentira.

Pensei que seria uma brincadeira de mau gosto. Uma brincadeira dele, por ser a foto que ele tirou de mim. Um apelo desesperado e covarde ao meu sumiço. Não atendo aos telefonemas nem respondo mensagens há mais de três meses. Deixei que batesse e gritasse por mim na porta de casa mais de uma vez, bem quietinha, fingindo que não tinha ninguém. Recuso todos os presentes e peço que devolvam as flores. Quem sabe não tenha visto, numa ida ao trabalho de metrô, uma chance de me encontrar. Ou de, novamente, me constranger e envergonhar na frente de um monte de gente.

O volume de pessoas ao meu redor aumentava, algumas preocupadas, outras só curiosas, esticando os pescoços para me olhar. Por puro azar, ou por um propósito tenebroso, todas as televisões do vagão travaram, congelando bem na minha imagem de desaparecida. Alguns, ainda confusos, continuavam comparando a foto à minha cara, outros tiravam fotos ou mesmo filmavam. Eu grudava as mãos ao metal do apoio, quase que fundida a ele, e apertava os dentes. Olhava para um e para outro, eram faces desconhecidas, hostis, amedrontadoras. Os cochichos viraram burburinho e eu já não conseguia distinguir muito o que diziam. Não conseguia entender nem os avisos sonoros do metrô. Era como se não soubesse mais falar português. Tinha esquecido a estação em que deveria descer.

Mas eu não podia acreditar. Seria irresponsabilidade demais, até para ele, colocar minha foto, a foto de uma pessoa que está bem e sã, vivendo a rotina costumeiramente, num anúncio de desaparecidos

por um capricho qualquer. Os anúncios de desaparecidos são coisa séria. Ele não poderia, ele não seria capaz de tamanha perversão. E, fato é que qualquer um tem acesso à minha foto pela internet. Alguém querendo passar trote em alguém — mas em quem? No meu ex? Na minha família? —, ou mesmo um golpe, está cheio de golpe na praça ultimamente... mas que tipo de golpe? Há recompensas em caso de pessoas desaparecidas? O anúncio não diz nada disso. E que vantagem financeira há em anunciar alguém como desaparecido? Eu não pude pensar em nada que justificasse algo tão invasivo.

Uma mulher tentou pegar a minha mão. Pensei ter lido em sua boca as palavras *Você está bem?*, mas não processei a voz dela. Fiz que sim com a cabeça, freneticamente, e depois fiz que não. Recusei o toque dela. Algumas pessoas copiavam o telefone do anúncio, outras já tentavam ligar pelo celular. Não sei se algum deles conseguiu falar. Com muito custo, descolei a mão do apoio de metal; queria correr, fugir, saltar na estação em que chegávamos fosse qual fosse, mas bloquearam minha passagem e não deixaram que eu saísse. Meus olhos ardiam, mas não tinha água para chorar. Não era tristeza que eu sentia. Era um desespero... um sentimento tenebroso de esvaziamento.

Será que eu desapareci? Será que alguém tentava tomar o meu lugar? Repassei minhas últimas horas na cabeça em um piscar de olhos. Acordei na minha própria cama, tomei café na minha própria cozinha, usando minha própria caneca. Deixei comida para meu próprio gato, no próprio pratinho de comida dele. Deixei água fresca também. Saí, tomei o ônibus até a estação de metrô... não demorou vinte minutos, mas estava bastante calor... no dia anterior, deitei e dormi na mesma cama onde acordei, jantei na mesma cozinha em que tomei o café, tomei banho no meu próprio banheiro... cheguei em casa do trabalho e telefonei para minha mãe, mandei mensagens de texto para minha irmã. Trabalhei e trabalhei, cheguei ao trabalho com o mesmo metrô... não, não exatamente o mesmo, mas parecido, do mesmo jeito...

As pessoas me seguraram, e quando chegamos à estação seguinte, chamaram os guardas. Apontavam para a tela da tv travada e depois apontavam para mim. É ela, é ela, é ela. Nessa altura da nossa viagem, eu já via tudo embaçado. Parecia mais foragida que desaparecida. Os guardas, confusos, tentavam conversar comigo, mas eu só ouvia ruídos abafados. Como se estivesse dentro da água tentando conversar com alguém que estivesse do lado de fora. Tentaram me fazer sentar, mas senti um tremor, temi, voltei a agarrar o apoio de metal. Sua materialidade não me era mais compatível, entretanto, não me era mais familiar. Eu estava desaparecendo, tinha entendido que sim, dissolvendo e evaporando, aos poucos, mas bem visível a olho nu, aos olhos daquelas pessoas todas. O guarda tentou pegar na minha mão, mas não havia mais mão. Ouvi o sinal sonoro de portas sendo fechadas, os passageiros se dispersaram pelo vagão que voltou à normalidade. O trem partiu para mais uma estação.

CARTA PARA O FUTURO

Marise Costa de Souza Duarte¹

Querido(a), quando eu decidi escrever esta carta para você ler aí no futuro, foi porque eu penso sobre o mundo em que você vai viver. Eu acho que você está sofrendo as consequências do egoísmo e insensibilidade das gerações que vieram antes de você e, especialmente, daquelas que tinham as condições para evitar a degradação da vida e do Planeta (do qual somos parte) e não fizeram isso. Muitos avisos e alertas foram dados. Mas muitos não quiseram ouvir. Ou pior, desprezaram o que ouviram.

Desde a década de 1970 a comunidade científica internacional mostrou que teríamos que, obrigatoriamente, mudar o nosso modo de vida para possibilitar a sobrevivência da nossa espécie. Passaram-se mais de 50 anos daquele momento e, na terceira década do século

¹ Graduada em Direito (1993) e em Serviço Social (1983), Especialista em Serviço Social (1987), Mestre em Direito Público (2002), Doutora em Urbanismo (2010), todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi Procuradora efetiva do Município do Natal (1994 a 2019). Desde 2013 é Professora da UFRN, sendo lotada no Departamento de Direito Público. Escreveu seis livros (quatro referentes à temática jurídica, ambiental e urbanística e dois livros infantis ligados à temática ambiental), além de ter organizado livros e escrito capítulos, artigos e outros trabalhos na área. Associada do IBAP.

XXI (momento em que escrevo essa carta), está comprovado pela Ciência que poucos avanços foram feitos no cuidado (verdadeiro) com a proteção dos bens naturais que possibilitam a vida no Planeta, ou seja: com a água, com o ar, com o solo e com a flora e a fauna.

Nesse período de tempo nós, humanos, nos colocamos acima de todas essas coisas. Achamos que a necessidade de TER, TER e TER cada vez mais, não podia ser abandonada. E nos esquecemos de praticar o que verdadeiramente importa na vida: o SER. O SER feliz com o essencial e o simples (e não, com o supérfluo e o excesso); o SER tranquilo e em paz (sem viver cobiçando o que não precisamos); o SER aquilo que temos de mais genuíno: o amor, o Divino que há em nós; o SER solidário e colaborativo que é capaz de sensibilizar-se e importar-se com as dores das pessoas e do mundo, e tantas outras manifestações do SER.

Durante a minha vida, presenciei uma sociedade onde (para uma grande maioria de pessoas) o sucesso era considerado o “ter coisas” e mostrar aos outros essas coisas, como uma boa casa, um bom carro, um bom emprego ou, ainda, produtos de marcas caras (considerados na minha época, sinais de status e de poder). Ah, não posso também esquecer de dizer que a vontade de “ter poder”, o que era totalmente atrelada a ter dinheiro e exercer fascínio sobre as outras pessoas, era enorme na minha época! E muitas pessoas faziam de tudo para “ter poder” e, quando conseguiam, lamentavelmente usavam desse poder de forma egoísta e sem se importar com o bem da coletividade. E isso só alimentava o círculo vicioso do egoísmo e do “ter”.

Na sociedade em que vivi também se valorizava muito os círculos de relacionamentos mais próximos, como a família e os amigos. Não que isso não fosse importante. É claro que era! Mas na sociedade em que vivi os interesses das pessoas que não faziam parte daqueles pequenos círculos eram invisibilizados, ou seja, as pessoas (em sua grande maioria) não se preocupavam com outras pessoas

que não tinham casa, comida, emprego e que, por isso mesmo eram consideradas à margem da sociedade. Como havia pessoas famintas e abandonadas em suas necessidades básicas no tempo em que vivi, meu/minha querido(a)! Como essas pessoas sofreram também emocionalmente e mentalmente, especialmente por falta de amor, de solidariedade, de respeito, de empatia e compaixão! Já que muitas pessoas que tinham uma vida considerada boa e estável não queriam nem ver nem estar perto dessas pessoas. E os governos não tinham meios, recursos e, muitas vezes, vontade mesmo de atender as necessidades dessas pessoas. O que era agravado por um sistema econômico injusto e cruel que resultava no aumento progressivo da desigualdade e da pobreza.

Posso dizer que, na essência, nesse tempo reinava um individualismo e um egoísmo muito grande; o que considero que foi a principal razão para a destruição da Casa de todos nós: o Planeta Terra. Realmente acho isso porque, para mim, se havia na sociedade humana tanto desprezo e desrespeito por outras pessoas da mesma espécie, como esperar que houvesse solidariedade, respeito e amor para com os outros seres vivos e com os bens naturais que sempre foram considerados “coisas” inesgotáveis pela maioria da população)?

Lamento muito, do fundo do meu coração, pelo mundo que minha geração deixou para vocês, meu(minha) querido(a)! Eu tentei, durante praticamente toda a minha vida, contribuir para que isso não acontecesse. Mas, infelizmente, fiz parte de uma minoria que muitas vezes foi criticada, ridicularizada e atacada (até mesmo assassinada) sob o argumento de que éramos contra o progresso e o desenvolvimento da sociedade e que a tecnologia era capaz de resolver tudo. Que grande e triste erro! O fato é que a sociedade, em sua maioria, se omitiu e desprezou todos os avisos e alertas da Ciência; contando, muitas vezes, com o apoio e incentivo daqueles que estavam a frente dos governos nacionais e internacionais que, para atenderem

interesses de grupos financeiros (e lucrarem com isso) negligenciam, desprezaram e desqualificaram aqueles alertas e avisos.

Por fim, e num lampejo de esperança e fé, rogo para que, desse momento em que escrevo esta carta até o momento em que você a lê, as coisas tenham mudado e você não esteja vivendo num mundo degradado e triste que hoje imaginamos poderá ser a realidade em algumas décadas. Nesse caso, essa cartinha é também para lembrar o quanto de responsabilidade você possui com o futuro de seus filhos, netos, bisnetos, da sociedade em geral e de todas as gerações que ainda virão. Onde eu estiver terei uma enorme alegria e orgulho de você! Tenha absoluta certeza disso!

AINDA ONTEM¹

Sandra Verônica Cureau²

Ainda ontem eu tinha 16 anos e acabara de concluir o ensino básico no Ginásio Santa Terezinha, em Porto Alegre, fundado e dirigido por Irmãs Franciscanas, que, em 1970, fundiu-se com o Colégio São João Batista, seu vizinho.

Ainda ontem, eu era aprovada no exame de seleção para estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, chamado, à época, de “Colégio Padrão do Estado do RS”, em razão da excelência do seu ensino. O fato de ser aluna do “Julinho” (como era chamado por nós) iria modificar completamente a minha vida e o meu modo de ver o mundo (mas então eu nem desconfiava disto). Era apenas uma adolescente, ingressando no curso Clássico, que depois foi fundido com o curso Científico e tornou-se o que hoje é o Ensino Médio.

Ainda ontem, nos primeiros dias do novo colégio, uma amiga convidou-me a conhecer o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos,

¹ Título inspirado na música Hier encore, de Charles Aznavour.

² Advogada, subprocuradora-geral da República aposentada, associada e membro da diretoria da APRODAB, associada do IBAP, autora e coordenadora de livros e artigos sobre direito ambiental, direito do patrimônio cultural e direito eleitoral.

cujo presidente era irmão dela. Eu nunca tinha tido contato com a política: meus pais eram apertados; o ginásio das freiras era conservador e esse tema não fazia parte da grade escolar. Vivíamos a década de 1960 e o rompimento com os padrões tradicionais de comportamento, que especialmente buscavam a emancipação da mulher, apenas começavam a ganhar força.

Então, ainda ontem, eu ingressei no movimento estudantil, do qual nada sabia, e passei a conviver com colegas da minha idade que dele sabiam tudo e lutavam por um país mais justo e mais igualitário. Mais do que pensar em igualdade, meus colegas procuravam tornar possível o acesso dos estudantes a atividades culturais e esportivas, bem como a projetos de assistência. Como parte desses projetos, durante anos, o Grêmio Estudantil manteve e gerenciou, no próprio colégio, um restaurante que fornecia jantar aos alunos do turno da noite, oriundos das camadas socioeconômicas mais baixas e que trabalhavam durante o dia.

Eu não tinha nem 18 anos de idade, e a maioria dos meus colegas de militância também não, quando setores conservadores da sociedade brasileira, aliados a lideranças militares, apoiados e financiados pelo governo dos Estados Unidos³, derrubaram o presidente da República legitimamente eleito e implantaram um regime de força no Brasil. Estávamos em 1964.

Então, começaram a se sentir mudanças. Professores eram levados presos desde o próprio ambiente escolar, alunos do colégio desapareciam. Com a instauração do regime de exceção, que duraria 21 anos, nos defrontamos com a prática da “deduração”, típica dos regimes nazifascistas, com o surgimento da figura dos “infiltrados” no movimento estudantil. Estranhamente, o padre que exercia as funções quase que de capelão do Colégio Júlio de Castilhos, figura

³ A respeito, Loureiro, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: UNESP, 2020.

insignificante e praticamente invisível, encontrou nesse clima ditatorial algo que o tornaria lembrado, ainda que longe das pregações cristãs: encarregou-se de cooptar estudantes da escola para a “nova direita” e incentivar a delação. Sempre houvera um grupo de direita no Colégio, que disputava – e nos anos 1960 sempre perdeu – as eleições anuais para Presidente do Grêmio Estudantil. Entretanto, a figura do capelão, na sua “ofensiva contra o comunismo”, deu novos contornos à luta imaginária que se travava nas salas de aula do colégio. Jovens alunos ingênuos não duvidavam de suas palavras: era preciso acabar com a ameaça vermelha.

No âmbito nacional, conforme sabem, em especial, os que viveram aqueles tempos, o regime militar fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: o do governo e o da oposição. Parlamentares tiveram seus mandatos cassados, muitas vezes apenas para que o partido que apoiava o governo alcançasse maioria no Congresso Nacional. Funcionários públicos foram expurgados, militantes políticos, presos, muitos torturados e mortos, vários exilados.

Ainda ontem, naquele ano de 1965, a direita finalmente venceu as eleições para o Grêmio Estudantil. Ainda ontem, conclui meu curso Clássico no Colégio Júlio de Castilhos e, em 1966, fui aprovada no vestibular para o curso de Direito da UFRGS, não sem o auxílio dos ensinamentos dos meus excelentes professores.

Ainda ontem, mas ontem mesmo, em 2022, eu encerrei a carreira de Subprocuradora-Geral da República, depois de 45 anos de atividade, durante os quais sempre procurei manter a coerência com os meus valores e o meu compromisso de fazer deste país um lugar em que cada indivíduo possa sentir-se cidadão e possa viver com o respeito e dignidade que merece. Esse, ainda ontem, foi o nosso propósito de juventude daqueles anos 1960 no movimento estudantil do Colégio Júlio de Castilhos; propósito que nada tem a ver com “ser comunista”.

Ainda ontem, quase hoje, pude ver, perplexa, nesta cidade que escolhi para viver – centro das altas decisões nacionais –, um 8 de janeiro em que se tentou o retorno àquilo em que se constituíram os medonhos anos de exceção iniciados em 1964, agregado agora a todo um anacronismo de concepção no que concerne a valores, atitudes discriminatórias e à autodeterminação das mulheres.

NOTAS OFICIAIS

[VOLTA AO SUMÁRIO]

NOTA DE APOIO AO PADRE JÚLIO LANCELLOTTI

O Instituto Brasileiro de Advocacia Pública - IBAP repudia com veemência as novas tentativas perpetradas por grupos antidemocráticos de macular a imagem do Padre Júlio Lancellotti, cidadão que ao longo de toda sua vida religiosa vem se dedicando à proteção dos desvalidos na cidade de São Paulo.

Embora neste momento arquivada a proposta de CPI, não deixam de ser atentados hediondos por adotarem um sistema de acusação no qual ao pretendido réu não é dado o direito sequer de saber do que está sendo acusado . Nesse sentido, em tudo se assemelha ao conhecido conto “A Sentença”, de Franz Kafka

É preciso reiterar que essa prática não deve voltar a vingar, devendo-se mesmo ante o arquivo, se buscar com a aplicação das sanções civis, penais, políticas e administrativas aos promotores desta tentativa de linchamento moral.

Curitiba, 9 de janeiro de 2024

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

NOTA EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA

O Brasil ocupava em 2022 a 89ª posição no levantamento a respeito do grau de liberdade de expressão no planeta, realizado pela ONG Artigo 30, sediada em Londres. Até 2015, estávamos entre os 15% dos países considerados democráticos. Desde então, houve uma queda de 58 posições. Embora a situação tenha melhorado em 2023, nesse mesmo ano persistiram em diversas unidades da federação casos de violação do direito de livre expressão jornalística. Exemplificativamente, um juiz da Bahia proibiu o site Intercept Brasil de publicar matéria sobre o assassinato da líder quilombola Mãe Bernardete. No Paraná, uma juíza proibiu a exibição de uma reportagem da RPC, acolhendo pedido do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PDS). No Distrito Federal, um juiz concedeu liminar determinando a mutilação de reportagem da revista Piauí n. 201 sobre o programa “Mais Médicos”. E agora, um magistrado de Santa Catarina vem promovendo uma série de ações indenizatórias contra uma profusão de formadores de opinião, pelo simples fato de estarem utilizando uma expressão que, de acordo com seu entendimento pessoal, causa-lhe danos morais. Diante dessa situação, o IBAP deliberou publicar a seguinte nota, alicerçada sobretudo no art. 5º da Constituição Federal e seus incisos IV (é livre

a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato); IX (é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença) e XIV (é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional). Leia nota a seguir:

O Instituto Brasileiro de Advocacia Pública vem a público manifestar sua profunda preocupação com recentes e reiteradas incursões, por parte do Poder Judiciário, tendentes a aviltar o direito constitucional à livre manifestação de opinião.

Não se pode admitir que, valendo-se de prerrogativas legais inerentes ao cargo público, um magistrado busque constranger jornalistas e cidadãos em geral a absterem-se de opinar a respeito de sua própria atividade jurisdicional.

Toda decisão judicial, em uma democracia, comporta críticas, ainda que, eventualmente, frágeis do ponto de vista jurídico ou mesmo impertinentes logicamente. O direito de manifestação, desde que não constitua apologia ao crime ou ao desrespeito aos fundamentos da Constituição Federal, não pressupõe avaliação e consentimento estatal.

Curitiba, 24 de janeiro de 2024

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

Revista de Direito e Política – Ano XXII - 2024 (1)

Volume 35

Ana Cristina R. Bonchristiano	Maria Luiza Grabner
Elizabeth Harkot de La Taille	Marina Yukawa
Ercilene Vita	Marise Costa de Souza Duarte
Fabiana Coelho	Patrícia Bianchi
Fabíola A Cabocla	Regina Helena Piccolo Cardia
M. Madeleine Hutyra de Paula Lima	Renata Fabiana Santos Silva
Márcia Brandão Carneiro Leão	Sandra Verônica Cureau
Márcia Semer	Sheila Cavalcante Pitombeira



**INSTITUTO BRASILEIRO
DE ADVOCACIA PÚBLICA**

ISSN 2675-8628-00027



2675-8628-00027